

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA - FACCAT
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL-ANÁLISE DO
CASO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES-RS**

ALINE B. STOCK EICH

Taquara

2016

ALINE B. STOCK EICH

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL-ANÁLISE DO
CASO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES-RS**

Dissertação apresentada no curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional das Faculdades
Integradas de Taquara, sob orientação do Prof.
Dr. Mário Riedl

Taquara

2016

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao meu amado filho, Mateus
Stock Eich, pela paciência e maturidade precoce
que na ingenuidade da tua infância foi-te exigida a
fim de que eu pudesse mais uma vez trilhar o
caminho do conhecimento.*

A VOCÊ, MUITO OBRIGADO!

AGRADECIMENTOS

Por tudo o que Tens feito e por tudo que ainda vais fazer, Te agradeço meu Deus!

Algumas pessoas que me auxiliaram na construção dessa dissertação, com elas pude compartilhar diversos momentos e pela boa vontade e colaboração delas foi possível a organização de minha rotina profissional. Por isso, agradeço:

Á toda equipe diretiva do Colégio Theóphilo Sauer pela flexibilidade em (re) organizar o quadro de horários a fim de eu pudesse realizar todas atividades pertinentes ao Mestrado.

Ao meu colega, Prof. Dr. Silvio Brito, por ter me incentivado a cursar o Programa, pelas palavras de otimismo e confiança que em muitos momentos me reanimaram e encheram-me de esperança.

Ao meu querido co-orientador Prof^o. Dr^o. Egon Roque Fröhlich, por ter compartilhado seus conhecimentos, pela mansidão com que conduziu-me na elaboração desta dissertação, corrigindo-me e agregando sempre que necessário, mas agradeço principalmente pela amizade construída.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mário Riedl, “homem de poucas palavras”, mas sempre as certas! “Cavalo encilhado não passa duas vezes” estas foram decisivas em minha trajetória no Programa, pois fizeram-me refletir por dias. Não poderia perder mais uma chance, no entanto sua experiência de vida, sabedoria e objetividade me deram a segurança necessária para seguir em frente. Obrigada! Professor, pela confiança que depositaste em mim.

Ao Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT, representada pelo professores, coordenadores e secretária, Andressa, sempre atenciosa e eficiente. Agradeço pelo convívio.

Á Capes, pela oportunidade de ser bolsista, não teria concluído a dissertação sem o auxílio do Cnpq.

Ao meu esposo, Henrique, pela substancial ajuda nos trabalhos de campo.

As famílias dos agricultores que tão bem me receberam e colaboraram, respondendo aos questionários.

A todos os que, de alguma forma contribuíram para a elaboração desse trabalho.

RESUMO

A agricultura familiar é responsável por grande parte do fornecimento dos alimentos para o país. Neste sentido, a agricultura brasileira tem passado, por importantes transformações. O campo se redesenha e se reorganiza à medida que novos atores econômicos se manifestam. Esta pesquisa teve por objetivo analisar estratégias de desenvolvimento local, identificando alternativas de diversificação da produção, bem como, aspectos demográficos que inviabilizam o desenvolvimento, geram a escassez de mão de obra e conseqüentemente o empobrecimento do campo, no município de São Paulo das Missões-RS. Constatou-se que os agricultores familiares desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas como estratégias de se reproduzirem, observaram-se algumas atividades produtivas propulsoras, como a cadeia do leite, suíno, milho e soja, que têm representado a base da agricultura familiar. Já atividades como a hortifruticultura e agroindústria familiar são alternativas de renda. Conclui-se que diante das desigualdades territoriais, há dificuldades a serem superadas tornando-se urgente e necessário o envolvimento e participação da comunidade a fim de facilitar ou promover o desenvolvimento local e/ou regional.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Diversificação. Reorganização espacial. Êxodo rural. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Family farming is responsible for much of the supply of food to the country. In this sense, Brazilian agriculture has passed, important transformations. The field redesigns and reorganizes as new economic actors manifest. This research aimed to analyze local development strategies, identifying alternatives for diversification of production, as well as demographic factors that prevent development, generate a shortage of work and consequently the impoverishment of the countryside, in São Paulo of Missões- RS. It was found that farmers develop agricultural and non agricultural and reproduce strategies, there are some productive activities driving, such as the milk chain, pork, corn and soybeans, which have represented the basis of family farming. Already activities like hortifruticultura and family agribusiness are alternative sources of income. We conclude that in the face of territorial inequalities, there are difficulties to be overcome becoming urgent and necessary involvement and community participation to facilitate or promote local development and / or regional.

Keywords: Family farming. Diversification. Spatial reorganization. Rural exodus. Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área em estudo.....	14
Figura 2 – Escola de Ensino Fundamental-Linha Pinheiro, prédio encontra-se fechado, devido à falta de crianças matriculadas. Município de São Paulo das Missões/RS.....	27
Figura 3 – Escola de Ensino Fundamental da Linha Santa Cecília-Prédio encontra-se fechado devido à falta de crianças matriculadas. São Paulo das Missões/RS.....	28
Figura 4 – Mapa das Características do Solo-Divisão Político-administrativa.....	33
Figura 5 – Exemplo da mão de obra predominante, Pai e único filho que ficou na propriedade, levando o gado leiteiro para outro lado do pasto.....	60
Figura 6 – Criação de suínos em unidade parceira da Indústria Alibem.....	62
Figura 7 – A sucessão familiar, novo papel das mulheres no campo.....	63
Figura 8 – Maquinário utilizado na ordenha e resfriamento do leite.....	65
Figura 9 – A Diversificação da Agricultura (hortaliças) em São Paulo das Missões/RS.....	66
Figura 10 – Exemplo de diversificação das Atividades- Agroindústria Familiar/ COPAL.	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Habitantes por Idade e Gênero -São Paulo das Missões (2000 e 2010)	23
Tabela 2 – Distribuição da População Rural e Urbana em São Paulo das Missões/RS	24
Tabela 3 – Alunado Por Ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar-Consulta: 2014 Município de São Paulo das Missões/RS	53
Tabela 4 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias e Pecuária-São Paulo das Missões/RS.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da População Residente da área em estudo	23
Gráfico 2 – Evolução da População na Região Noroeste do Rio Grande do Sul	23
Gráfico 3 – População de São Paulo das Missões 2010/Idade e Gênero	26
Gráfico 4 – Quanto aos planos para o futuro, em relação a propriedade	30
Gráfico 5 – Perspectivas sobre se há ou não possibilidade de os filhos permanecerem na terra	30
Gráfico 6 – Tipo de mão de obra utilizada nas propriedades	61
Gráfico 7 – Produtos Cultivados nas amostras analisadas	62
Gráfico 8 – Raças de gado criado nas amostras pesquisadas.	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CARACTERIZAÇÃO HUMANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES/RS.....	21
2.1 Caracterização Histórico/Demográfica de São Paulo das Missões/RS	21
2.2 Esvaziamento Populacional: São Paulo das Missões/RS	24
3 CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-NATURAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES-RS....	32
3.1 Caracterização Física: (Im) Possibilidades de Desenvolvimento em áreas Agrícolas	32
3.1.1 <i>Clima</i>	34
3.1.2 <i>Vegetação</i>	35
4 AGRICULTURA FAMILIAR & DESENVOLVIMENTO	36
4.1 Possibilidades de Leitura: Agricultura Familiar	36
4.2. Sob a égide da Região	41
4. 2.1 <i>Perspectivas singulares acerca do Desenvolvimento</i>	44
5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	47
5.1 Percepções com vistas ao Desenvolvimento Local	47
5.2 A Dimensão do Rural & Urbano.....	54
6 ANALISE DOS DADOS	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	82
APÊNDICE A	83
APÊNDICE B.....	88
APÊNDICE C.....	89

1 INTRODUÇÃO

As transformações no espaço são constantes, invariavelmente surgem da ação humana. Ocorre que no período histórico, no qual vivemos as alterações, não acontecem mais pela necessidade do homem, mas sim em função do acelerado e incontrolável consumismo enunciado pelo nosso sistema econômico capitalista.

Da mesma forma, o meio rural brasileiro vem tentando se adaptar às novas mudanças, passando por diversas alterações, que se intensificaram a partir da década de 1970, período marcado pela difusão de um modelo agrícola baseado na mecanização e uso massivo de agroquímicos. Aliás, a difusão não se deu apenas na forma de produzir, a qualquer custo, utilizando-se inclusive, da ciência para modificar geneticamente espécies vegetais, mas acima de tudo intensificou consideravelmente os problemas na esfera ambiental. Uma vez que a demanda por recursos naturais aumenta à medida que aumenta a busca por matéria-prima, a qual, abastece a crescente industrialização.

A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, aliado ao aumento do processo produtivo, já havia sido manifestado pelos adeptos das Teorias Malthusianas, que atualmente se apresentam sob a denominação de Neomalthusianos, que através de Teorias como a Ecomalthusiana, demonstram inquietações acerca dos problemas ambientais e esgotamentos de recursos em escala global.

Posto isto, com a industrialização da agricultura o pequeno agricultor viu-se incapaz de competir com onerosa e diversificada tecnologia, lançando-se em busca de novas alternativas de trabalho que lhe pareçam mais viáveis e convenientes. Contudo, observa-se um movimento de renovação teórica e conceitual com o objetivo de recuperar o rigor científico das pesquisas centradas na compreensão do desenvolvimento como fenômeno local ou regional, articulado com o contexto mais amplo.

Neste sentido, no que se refere à região Sul do país e a forma de ocupação espacial, e consequente reestruturação fundiária, a partir de 1822, inicia-se uma nova fase de imigrações para nosso Estado, que passa a receber alemães, italianos e eslavos na maioria. Quando começaram a chegar, esses imigrantes vindos da Europa, toda a área de agricultura gaúcha que interessava ao latifúndio pastoril já havia sido ocupada, forçando os imigrantes a ocuparem as demais áreas. Desta forma, foram criados novos núcleos coloniais, como o de Picada Feliz, Nova Petrópolis, Santa Cruz do Sul, São Lourenço do Sul, Teutônia, Agudo, ao mesmo tempo em que muitas colônias particulares também foram sendo criadas e os alemães se espalharam

pelos Vales do Caí, do Paranhana, do Taquari, do Rio Pardo, subindo a Serra e enfim, alcançaram as Missões (NETO 2012).

Mas o que levou esses imigrantes a virem para o Brasil e instalarem-se no Rio Grande do Sul? Segundo Dreher (2015), os mesmos podem ter sido atraídos pelas instruções recebidas do Major Schaefer, primeiro chanceler, que pretendia criar batalhões de estrangeiros para defender o Império ou criar colônia à moda dos cossacos como aconteceu em São Leopoldo, onde esses imigrantes seriam agricultores em tempos de paz e soldados em tempos de guerra. De acordo com Dreher, várias são as possibilidades que poderiam ter atraídos os imigrantes alemães, entre elas: conhecidos particulares que recebiam concessões do Governo Provincial, vindo como soldados e oficiais para lutar e recebido terras ao invés de soldo, ou ainda, como sacerdotes, pastores e professores. Assim, certo é que:

[...] em sua maioria participaram da criação de picadas e nelas, de toda uma série de instituições...era simples a abertura da floresta subtropical, onde a cada 300 metros era instalada a família em precariedade difícil de imaginar. Ramada abrigava seres humanos e animais...florestas tiveram que ser derrubadas para que a terra abençoada começasse a produzir alimentos, depois veio a casa, de pau a pique, após alvenaria, em torno dela havia horta, jardim, árvores frutíferas, além do poteiro e plantação, sem esquecer a pocilga, o estábulo e o paiol (DREHER, 2015, p. 15).

Logo das picadas surgiram vilas, das vilas surgiram centros urbanos maiores ou menores e a configuração territorial em nosso Estado e o tamanho das propriedades se construíram sobre a forma como as terras foram distribuídas no início desta segunda fase da ocupação; os lotes rurais recebidos pelos imigrantes, segundo Brum (1985), eram inicialmente de 77 ha (1851), reduzindo-se para 25 ha (até 1889), sendo que logo após 1850 as áreas já não eram mais doadas e sim adquiridas mediante pagamento. Conseqüentemente, o sistema de produção estabelecido, segundo Silva Neto (1997) era mais complexo que os sistemas de produção até então encontrados no Brasil. O sistema dos colonos, segundo o autor, foi chamado de sistema de policultura milho-porco, uma vez que, no apogeu do seu funcionamento, a cultura do milho e sua valorização por meio de agregação de valor representou a base da economia de exploração nesses sistemas de produção essencialmente policulturais.

Dessa forma, é possível verificar que a colonização por meio de imigrantes europeus deu-se nos moldes diferentes da colonização ocorrida em períodos anteriores e em outros lugares do Brasil, apresentando as seguintes características, conforme (ROCHE, 1969; BRUM, 1985; SILVA NETO, 1997; NEDEL; 2000):

- Organização de pequenas unidades produtivas com base no trabalho familiar;
- A policultura voltada principalmente para a subsistência, com um expressivo número de culturas como cana-de-açúcar, fumo, batata-inglesa, feijão, milho, trigo, centeio,

cevada, aveia, painço, arroz, amendoim, linho, rícino, abóbora, contrastando com as áreas de monocultura encontradas em outras regiões do país e;

- Combinação de agricultura com pecuária, sendo que entre estas atividades destacam-se as criações de suínos, gado leiteiro e aves.

Dessa forma, é possível dizer que essas zonas colonizadas por imigrantes europeus apresentavam características peculiares, das quais muitas permanecem até hoje, constituindo desta forma, uma categoria de atividade agropecuária e uma categoria de análise socioespacial, muito específica, denominada de agricultura familiar.

O termo agricultura familiar, atualmente, tornou-se uma denominação consensual na academia para denominar o que em períodos anteriores era denominada de campesinato, pequena produção, semiproletariado rural, dentre outras. Dessa forma, agricultura familiar é um conceito amplo, que engloba uma diversidade considerável de subcategorias, que podem contemplar agricultores mais ou menos integrados com o mercado.

Paralelamente a estrutura fundiária que se estabeleceu no Rio Grande do Sul, bem como a forma de reprodução social, com ênfase para as pequenas propriedades de agricultura familiar, surgiram outras preocupações que perpassam esse meio, tais como os fluxos de pessoas que se deslocam dessas áreas, principalmente pela falta de oportunidades e melhores condições de vida no campo e o envelhecimento da população rural, são alguns dos problemas atualmente enfrentados nas áreas e unidades familiares, gerando, portanto falta de mão de obra familiar.

Assim, a proposta desta pesquisa visa identificar novas alternativas de desenvolvimento agrícola nas unidades familiares do município de São Paulo das Missões (RS), ou de (re) estruturar as já existentes, entre outras que poderão surgir ao longo do trabalho. É uma busca iminente, uma vez que esta área há aproximadamente 25 anos encontra-se mergulhada num processo de estagnação econômica. Aliás, as desigualdades regionais têm sido apontadas pelos governantes como entraves ao processo de desenvolvimento. Desde os anos 1950, os planos de desenvolvimento nacional contemplam unidades com políticas compensatórias visando atrair investimentos produtivos para as regiões mais pobres, através de incentivos fiscais, crédito favorecido e investimentos em infraestrutura. Os resultados nem sempre foram os esperados e, em alguns casos, contribuíram para ampliar a concentração de renda e deterioração da qualidade de vida da população. (TRENNEPOHL, 2010). Esse parece ser o caso dos municípios da região noroeste do nosso Estado, no qual o recorte em análise está inserido.

Neste ínterim, o objeto desse estudo foi a realização de uma pesquisa, que buscou num primeiro momento contribuir com o arcabouço teórico, mas principalmente identificar alternativas de desenvolvimento rural em unidades de agricultura familiar no município de São

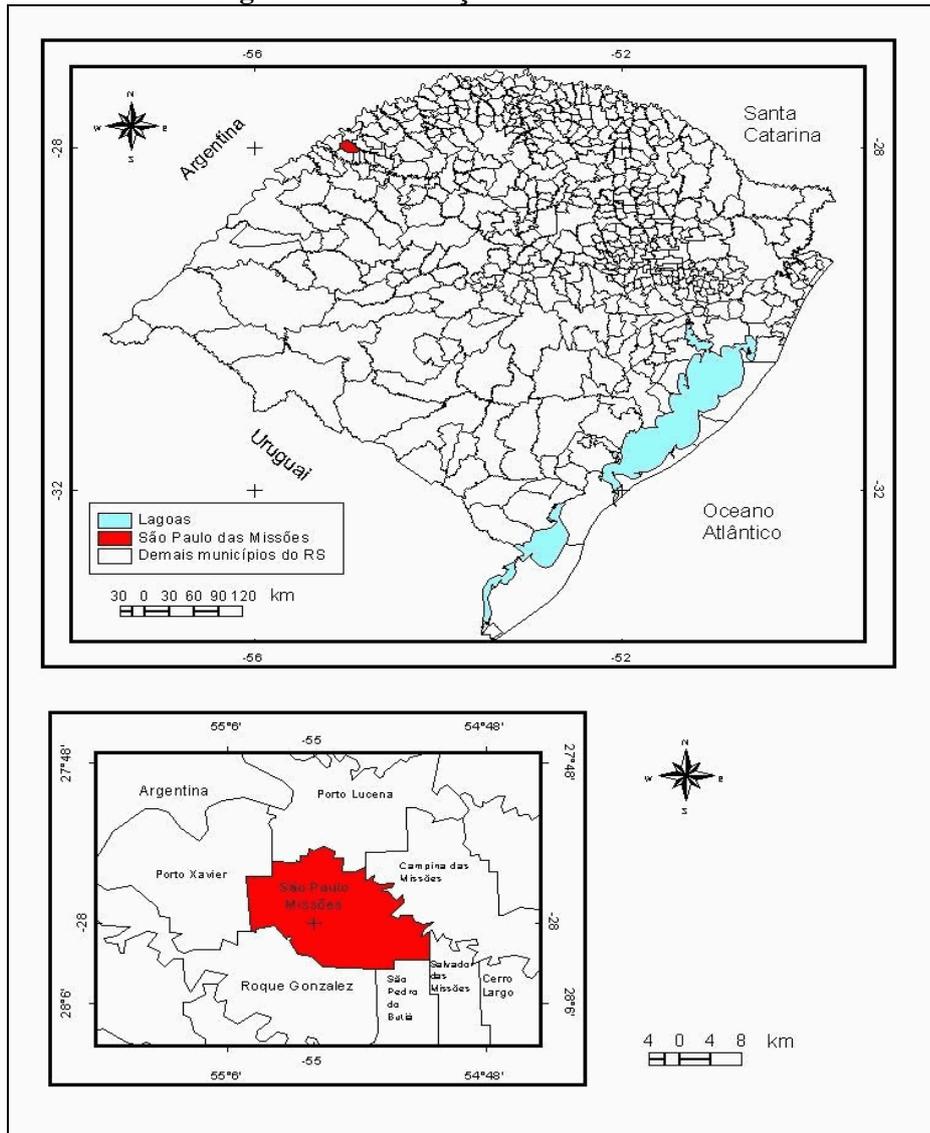
Paulo das Missões/RS bem como (re) orientar as já existentes que diante da dinâmica socioespacial atual encontram-se deprimidas.

Tanto as transformações ocorridas nos espaços rurais nos últimos anos, bem como o comportamento demográfico observado nestes locais, em função da (re) estruturação socioeconômica que os mesmos vêm passando, com vistas às unidades de produção familiar e ao seu desenvolvimento, têm preocupado alguns segmentos da sociedade. No entanto poucas ações efetivamente têm sido realizadas no intuito de tentar investigar ou solucionar tais problemas.

Neste sentido, Teixeira (2002) contribui, alertando que não podemos esquecer que as intervenções, declarações, vontades e ações desenvolvidas pelas políticas públicas, nem sempre convergem para um mesmo eixo, ou seja, para um mesmo ponto de interesse. Pelo contrário, são normalmente impregnadas de interesses, dogmas e externalidade. Sendo assim, não podemos contar e esperar pela boa vontade ou articulações da esfera política/pública.

É nesta perspectiva que o presente estudo tem por tema, a busca por mecanismos que apontem ou direcionem alternativas de desenvolvimento socioeconômico em unidades de produção familiar no município de São Paulo das Missões/RS, (Figura 1), projetando-o no cenário econômico local/regional, minimizando o processo de estagnação atual, bem como o deslocamento populacional decorrente deste, entre outros aspectos que contribuem para a pobreza no campo e conseqüente desorganização nas pequenas propriedades familiares.

Figura 1 – Localização da área em estudo



Fonte: FEE (2013) Organizado pela autora (2014).

A temática agricultura familiar circula por diversos campos do conhecimento, porém, no presente estudo, privilegiaram-se as ciências sociais, historiografia, geografia e economia, a fim de que estas conduzissem as discussões que se estabeleceram.

Nesta perspectiva, a agricultura familiar foi o tema central deste trabalho; alguns eixos se circunscreveram a partir deste, pois há discussões acadêmicas acerca do conceito que devem ser consolidadas através de um referencial teórico bem fundamentado. Paralelamente, um resgate histórico no qual fique clara a trajetória do município, tanto no que se refere aos aspectos históricos, culturais, de ocupação territorial (imigração), quanto das questões econômicas que estão associadas principalmente as atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar.

Nesta mesma ótica, uma delimitação temporal também se fez necessária, uma vez que o histórico do município e de suas atividades econômicas também foram considerados.

Entende-se que uma pesquisa com dados e informações secundárias investigadas a partir de 2010 fossem suficientes para atender aos objetivos deste trabalho.

O campo da observação, segundo Rudio (1985), ainda comporta o local (recorte espacial), circunstâncias (recorte temporal) e a população que foi estudada, ou seja, quem é o objeto da pesquisa. Isto posto, o pequeno agricultor foi o sujeito que norteou este estudo, bem como suas ações, modo de reprodução social e econômica.

Toda via, complexa, ampla e inconclusa é a ciência (MORIN, 1996). Os estudos acerca dos problemas sociais e econômicos inserem-se neste contexto bem como as questões que permeiam a temática da agricultura familiar, da pobreza no campo e do envelhecimento destas populações em razão da forte tendência dos jovens em abandonar estas áreas em busca de melhores oportunidades nas zonas urbanas, de médias e grandes cidades, como vem ocorrendo no recorte espacial em análise.

Na medida em que os problemas no campo se manifestam de forma que ocasionam a estagnação econômica de determinadas áreas influenciadas pela dinâmica dos espaços rurais, influenciando não apenas a economia, mas todo o seu contexto histórico, e reprodução social, inquietações surgem no pesquisador que, movido pela busca do conhecimento, procura na ciência, possíveis soluções.

Neste ínterim, alguns questionamentos e preocupações fizeram-se constantes, quando observadas alterações na dinâmica espacial, desenvolvimento econômico e social da área em estudo, principalmente nas pequenas unidades de produção familiar que compõem esta totalidade.

Assim, a fim de sinalizar a tese central desta pesquisa, algumas indagações surgiram: Tendo em vista a depressão econômica e demográfica do município em estudo o que vem se acentuando, quais alternativas existem para reverter esse quadro? De que forma dinamizar a produção nas unidades familiares do município de São Paulo das Missões ou ainda, como potencializar as já existentes retirando o município da depressão econômica com vistas ao desenvolvimento local e/ou regional?

Portanto, diante das mudanças na economia, a reorganização do mercado, o redirecionamento da oferta de mão de obra, aliada a qualificação técnica advindas da globalização houve no campo um novo embasamento, tanto na produção, como na sua forma de ocupação frente às necessidades, tanto da função social da terra, como de seu uso propriamente dito. Regiões transformaram-se, modificaram-se as formas de expressão física da paisagem, edificou-se um novo homem do campo com fins de buscar lucro e galgar mercado.

Logo, sabe-se que em cidades pequenas, a “safra” é sinônimo de dinheiro, de prosperidade, as lojas são beneficiadas (setor secundário) e o capital é ora aplicado no sítio urbano, ora voltado para o próprio campo.

No entanto, empiricamente, há subsídios que preocupam o pesquisador; no que se refere à lógica, contrária da afirmação anterior, uma vez que o município em estudo percorre o caminho contrário ao desenvolvimento, ou seja, os pequenos agricultores rumam ao empobrecimento e o setor secundário sofre as consequências.

Assim, no que concerne à agricultura e ao mundo rural, Schneider (2010, p. 4) contribui afirmando que:

[...] há um reconhecimento e legitimidade crescentes em relação à diversificação como *modus operandi* da produção e das formas sociais de trabalho. Estudos recentes, capitaneados por reputadas instituições internacionais, como o Banco Mundial (2008) e a IAASTD (*International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development*), deixam claro em seus relatórios de avaliação que o futuro da agricultura e do mundo rural será determinado pelo modo como os agrupamentos humanos serão capazes de gerir a diversidade [...]

Neste sentido, esta proposta de estudo, se justifica por repensar os caminhos, que primeiramente levem em conta, a modificação do arranjo estrutural e a espacialização baseado na inserção do capital como elemento de reestruturação do campo, identificando a classe pobre que no setor primário não obteve êxito, buscando uma saída emergente para este pequeno proprietário rural que, não tem incentivo tecnológico e suporte familiar para, de forma eficiente, explorar o grau da eficiência de sua propriedade.

Neste ínterim, proeminentes estudiosos contemporâneos como Amartya Sen e Elinor Ostrom, no universo da economia, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, na sociologia, guardados as suas diferenças, vêm demonstrando que é desejável organizar a base social e produtiva das sociedades sob a diversidade (SCHNEIDER, 2010).

O mesmo autor, sobre a busca pela diversidade, nos diz que a mesma é entendida como uma condição que se realiza segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. A diversidade manifesta-se por meio de um repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções, mas, não raro, também em decorrência dos erros e equívocos provocados pela especialização (2002, p. 4).

É interessante destacar que, neste enfoque considera-se a procura por alternativas que promovam o desenvolvimento local bem como outras que minimizem a fragilidade no setor em função da perda da mão de obra familiar, visto que o filho do pequeno produtor, na maioria das

vezes, dirige-se ao sítio urbano (cidade) para lograr êxito nos seus estudos, abandonando sua família e de forma direta, contribuindo para uma menor exploração familiar (trabalho humano) da pequena propriedade, remetendo-a a uma exploração subsistente.

Não obstante, o fato de possuir vínculos familiares nesta área de estudo também é um grande motivador pelo interesse nesta pesquisa.

Assim, a agricultura familiar tem pressa. Atender a demanda dessa importante parcela da população brasileira é um desafio gratificante e fundamental para uma sociedade mais justa e harmoniosa (PORTUGAL, 2002).

Destaca-se ainda, que segmento da agricultura familiar tem um papel crucial na economia das pequenas cidades; 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Estes produtores e seus familiares são responsáveis por numerosos empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por consequência nas grandes metrópoles.

No entanto, como vimos a partir da década de 1970, os problemas no campo acentuaram-se em razão da adoção de um modelo altamente mecanizado das lavouras, os pequenos produtores principalmente viram-se naufragados em dívidas e diversas outras consequências que até hoje influenciam nesse setor.

Diante destas considerações, podemos inferir que a expansão e diversificação das cadeias produtivas poderão contribuir para minimização dos problemas econômicos no que se refere a produção das unidades familiares.

Desse modo, considerou-se como objetivo central da pesquisa:

- Analisar alternativas de desenvolvimento socioeconômico nas unidades de produção familiar do município de São Paulo das Missões/RS, considerando as relações entre o rural e o urbano

Como objetivos Específicos buscou-se:

- Identificar necessidades e demandas de produção, que impliquem no desenvolvimento local;
- Estudar os fluxos migratórios bem como o destino mais procurado por quem abandona a área rural principalmente;
- Compreender as relações estabelecidas entre o espaço rural e o urbano deste recorte espacial.

Antes de entrar na discussão sobre as nossas proposições teóricas propriamente ditas, cumpre esclarecer um alerta de Gilbert Durand [1991:4] quando nos diz que “uma disciplina estreita não pode senão destapar sobre uma anemia da descoberta”. Frente à complexidade dos objetos de investigação, os pesquisadores conscientizam-se da exigência em tornar as fronteiras das disciplinas tão permeáveis quanto seja possível, permitindo-lhes um circular nos diversos domínios do conhecimento. Consciente de tais postulados, este estudo passeia pelos campos do saber sociológico, histórico, e da economia, sorvendo elementos às análises histórico-geográficas.

Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração, no trabalho social e no planejamento (YIN, 2010).

Nesta mesma linha, o presente trabalho estruturou-se metodologicamente em um estudo de caso, uma vez que este pode ser encontrado até mesmo na economia, onde a estruturação de uma determinada indústria, ou a economia de uma cidade ou região pode ser investigada através do uso de um projeto de estudo de caso. Em todas essas situações, a clara necessidade pelo estudo de caso, surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos (YIN, 2010).

Salienta-se ainda que a situação do município de São Paulo das Missões é muito semelhante a um conjunto de municípios do Estado, sendo possível aplicação desta pesquisa e de seus resultados a municípios em situação similar.

Em resumo, conforme o mesmo autor:

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes [...].2. A investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados; e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular; e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados (2010, p. 39-40).

Buscou-se no método qualitativo de pesquisa, a base para a construção deste trabalho. Como mencionou Denzin e Lincoln (2000), esta abordagem tem sido frequentemente utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos. Pesquisas de natureza qualitativa envolvem uma variedade de materiais empíricos, experiências pessoais, histórias de vida, produções e artefatos culturais, materiais que descrevam a rotina e os significados da vida humana em grupos.

Pretende-se através da pesquisa qualitativa, um nível de compreensão do significado dos fenômenos analisados em seus contextos e não a sua expressividade numérica. É neste ínterim que Fröhlich; Fröhlich, contribuem:

É perceptível a natureza holística dos estudos de caso, pois visam a captar em sua totalidade o objeto estudado. No âmbito da metodologia científica, o estudo de caso, assim como o experimento laboratorial e o levantamento de campo, constitui um modelo que visa a produzir conhecimento em determinada área da ciência- no caso das Ciências Rurais (2014, p. 59).

Assim, os procedimentos orientaram a pesquisa em quatro fases:

Primeiramente, buscou-se realizar um resgate histórico da área em estudo, a partir do período da vinda dos imigrantes alemães para o município, de como ocorreu o ordenamento espacial que estruturou a área em pequenas propriedades rurais, e da trajetória das emancipações político administrativas, utilizando-se para isso de um vasto levantamento bibliográfico. Da mesma forma se fez com todos os temas pertinentes ao contexto da pesquisa e que foram de fundamental relevância como as categorias de análise em questão como: espaço, território, lugar entre outras que surgiram durante o processo de investigação.

Uma vez estabelecida à fundamentação teórica, a segunda etapa, constituiu-se em levantamentos de fontes secundárias, tais como dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Além de visitas a outros órgãos que favoreceram a temática em análise e se integraram a abordagem qualitativa, como prefeituras e secretarias municipais ou cooperativas agrícolas.

A fim de se entenderem as transformações socioespaciais da área em estudo, na terceira etapa realizou-se o trabalho de campo entrevistando nas unidades de produção familiar do município, os agentes responsáveis por estas transformações. Realizaram-se diálogos informais com a comunidade em geral, e aos proprietários das unidades familiares de produção foi aplicado um questionário direcionado (Apêndice).

No que se refere ao questionário, analisou-se uma amostra dos 1296 pequenos estabelecimentos rurais. Assim, 5% destes participaram da pesquisa, a fim de representar a totalidade. Para tal, elencaram-se-se três Linhas, ou seja, localidades do interior, cujas posições geográficas foram pensadas de forma que uma ficasse na orientação contrária das outras, para não comprometer a veracidade das informações coletadas e diminuir as semelhanças que a proximidade poderia resultar.

Na segunda secção, *Caracterização Humana do Município de São Paulo das Missões/RS*, caracterizou-se a área em estudo, desde o processo histórico de povoamento dos

imigrantes alemães e aspectos demográficos da população. Posteriormente no terceiro capítulo, *Indicações Físico-Naturais: Viabilidades* fez-se um levantamento descritivo das características físico-ambientais, no sentido de contextualizar com as possibilidades ou não de desenvolvimento local, baseada na utilização do solo e recursos naturais uma vez que o foco deste estudo foi a agricultura familiar e alternativas de desenvolvimento rural. Nesta perspectiva informações sobre clima, vegetação, geomorfologia, pedologia encontram-se inseridos no capítulo.

O quarto capítulo, *“Agricultura Familiar”*, analisou este espaço, sob os diferentes olhares de autores como Lamarche, Navarro, Wanderley, Brumer, Schneider, entre outros. Neste sentido realizou-se uma revisão literária tanto do tema agricultura familiar quanto de Região e do Desenvolvimento, sobre diferentes perspectivas. O capítulo quinto, *“Políticas Públicas para Alimentação Escolar”*, investigou as Políticas Públicas com vistas ao desenvolvimento local especificamente dos pequenos agricultores, com propostas que fomentam e promovam as atividades nas unidades familiares de produção, á exemplo, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros que foram analisados neste capítulo.

No sexto capítulo, refletiu-se sobre as percepções e perspectivas do desenvolvimento local, ou seja, de São Paulo das Missões, discutindo as esferas do rural e do urbano, bem como o continuo desta dinâmica espacial e sua reprodução junto aos agentes sociais que a promovem, seja através da cultura e diferentes manifestações tangíveis e intangíveis pertinentes a etnia alemã, seja através das características paisagísticas que salientam a descendência germânica neste território.

E por fim, o último capítulo *“Considerações Finais”* analisa os dados coletados no trabalho de campo contextualizando com as informações obtidas nas fontes secundárias e da mesma forma aproximando ambas das percepções e relatos dos agricultores familiares que participaram da pesquisa. A fim de que, o resultado encontrado possa de alguma maneira contribuir para a possibilidade ou reflexão sobre a situação socioeconômica que vivenciam as famílias dos pequenos agricultores desta área, viabilizando estratégias de desenvolvimento local, na qual os jovens principalmente estejam inseridos.

2 CARACTERIZAÇÃO HUMANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES/RS.

2.1 Caracterização Histórico/Demográfica de São Paulo das Missões/RS

Movidas pelo desejo natural de progredir, e visualização de novos horizontes e em razão da situação existente em sua terra natal, os imigrantes alemães chegaram a Porto Alegre (RS), em 18 de junho de 1824 e no dia 25 desse mesmo mês e ano foi criado o primeiro núcleo de colonização alemã no sul do Brasil, que viria a transformar-se na cidade de São Leopoldo. Esta data é reconhecida e festejada como “dia do colono”, por todas as cidades de origem alemã do Estado (NEDEL, 2000).

Neste contexto, vindos do primeiro núcleo alemão do Estado e arredores, atraídos pelos verdes das matas e dos campos, chegaram até a linha São Paulo, os pioneiros, os primeiros moradores da localidade. Tão logo chegaram deram início ao desmatamento, pois pretendiam inicialmente plantar fumo e feijão e construir suas casas, de preferência próximo aos pequenos rios onde se instalaram definitivamente.

O município de São Paulo das Missões está situado á noroeste do Rio Grande do Sul, na região das Missões. Desde o ano de 1809, quando foram criados os quatro primeiros municípios do Estado, até hoje, sua área pertenceu sucessivamente aos municípios de Rio Pardo, São Borja, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo.

O município de São Paulo das Missões pertenceu durante 25 anos ao município de Rio Pardo, até 1834, depois pertenceu ao município de São Borja, durante 46 anos, ou seja, até 1880, depois pertenceu durante 74 anos ao município de São Luiz Gonzaga, até 1954, quando então passou a pertencer ao município de Cerro Largo, pelo período de 11 anos, até 1965 quando através de sua emancipação política e administrativa passou a ser um município autônomo no Estado.

No ano de 1970, após quatro anos de emancipação, foram realizados os primeiros censos demográfico e agropecuário da área em estudo. Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o município tinha uma população total de 10.180 habitantes, sendo que destes, 9.750 moravam na zona rural e apenas 430 na zona urbana. Em contrapartida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população em 2010, era de 6.364, dos quais 4.165 vivem na área rural e apenas 2.199 vivem na zona urbana. Percebe-se que a população total vem diminuindo, e parte deslocando-se para a área urbana do município, muito embora a população rural ainda permaneça maior.

Estes dados mostram e reafirmam que o município desde a gênese apresenta fortes características agrárias, com predominância de pequenas propriedades que utilizam mão de obra familiar. Destaca-se ainda que estas propriedades mediam em torno de 12 a 20 ha de terras as quais eram destinadas ao cultivo da soja, trigo e milho, bem como a atividades de pecuária como a criação de gado leiteiro e criação de suínos.

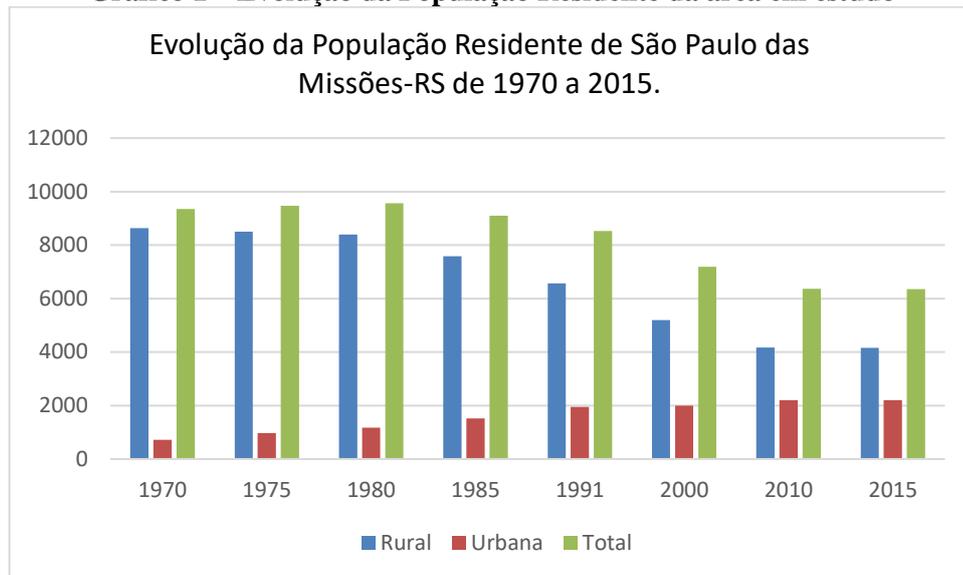
Outro fator importante que merece destaque, porém anterior à emancipação do município, é a forma de organização dos pequenos agricultores, que na falta de incentivo do poder público e de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento e fortalecimento do setor agrário, procuraram alternativas para solucionar alguns problemas que vinham enfrentando na comunidade. A presença de um livre comércio entre os agricultores se constituiu em uma ameaça para a cidade, que percebia os primeiros sinais da crise no setor, uma vez que estavam perdendo espaço para outras cooperativas próximas, onde os agricultores de São Paulo das Missões estavam se associando e conseqüentemente vendendo seus produtos.

Assim, no ano de 1953 um grupo de agricultores, juntamente com a comunidade concluiu que a então “linha São Paulo” estava preparada e apresentava condições de criar a sua própria cooperativa, fundando então a “Cooperativa Agrícola São Rafael”. Em 1974, após 21 anos de atividade a Cooperativa é extinta e seu patrimônio doado a Cooperativa Triticola de São Paulo das Missões (COTRISA) que permanece até a atualidade.

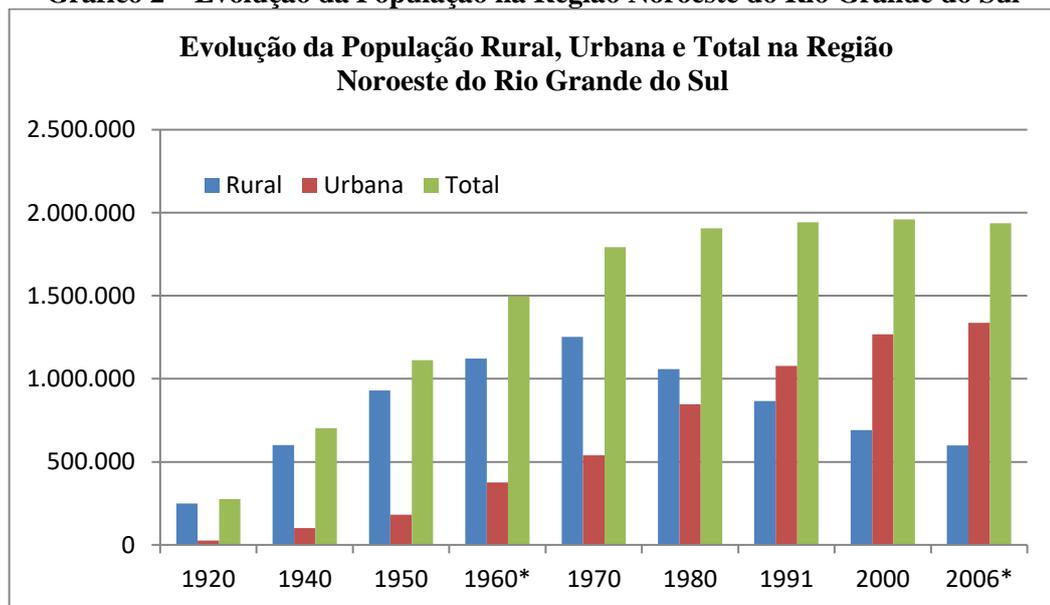
São Paulo das Missões possui 224 Km² de extensão e existem cerca de 1.296 domicílios rurais, ou seja, a média da propriedade rural é de aproximadamente 11 ha. E nelas vivem aproximadamente três pessoas, com uma densidade demográfica de 28,4 hab./Km², segundo informações do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Nesse ínterim, no que se refere também a população da região noroeste, como se pode observar, na distribuição geral (Gráfico 2), percebe-se que de 1920 a 1980 havia um predomínio da população rural que a partir deste período entra num processo de declínio, confirmando o que empiricamente conhecia-se, o deslocamento da população do campo em direção às cidades, movimento este denominado de êxodo rural.

No caso específico de São Paulo das Missões, como foi salientado anteriormente, a população total vem diminuindo nos últimos anos. De 1990 a 2000 a “expulsão populacional” se intensificou, surpreendentemente, a população rural de São Paulo das Missões apresenta-se superior a urbana. Assim, no gráfico 1, observa-se o contrário, um declínio da população rural e aumento da população urbana.

Gráfico 1 – Evolução da População Residente da área em estudo

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Dados Estimados para 2015.

Gráfico 2 – Evolução da População na Região Noroeste do Rio Grande do Sul

* Para 1960 e 2006 os dados da população rural e urbana foram estimados.

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos e Contagem Populacional nas respectivas datas.

Tabela 1 – Número de Habitantes por Idade e Gênero -São Paulo das Missões (2000 e 2010)

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ANO						
De 0 a 19 anos	1338	872	1207	823	2545	1694
De 20 a 39 anos	1001	740	910	709	1911	1449
De 40 a 59 anos	910	1081	885	1003	1795	2084
De 60 anos e mais	411	531	525	608	936	1139
TOTAL	3660	3228	3527	3136	7187	6364

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000 e 2010.

A população jovem do município conforme visto acima, tem diminuído comparando os censos de 2000 e 2010, ao mesmo passo que a população adulta e idosa vem aumentando. O gráfico a seguir também reforça que a população de São Paulo das Missões apresenta crescimento demográfico negativo.

Tabela 2 – Distribuição da População Rural e Urbana em São Paulo das Missões/RS

POPULAÇÃO EM 2000%	POPULAÇÃO EM 2010%	VARIAÇÃO%	
7.187 /Habitantes	6.367/Habitantes	-11,41% (2000 a 2010)	
	São Paulo das Missões	Média do RS Média Brasil	
Homens%	3.230/ 50,73%	48,67%	48,96%
Mulheres%	3.137/ 49,27%	51,33%	51,04%
População Urbana%	2199/ 34,54%	85,10%	84,35%
População Rural%	4.168/ 65,46%	14,90%	15,65%

Fonte: <www.estadosecidades.inf.br/rs/saopaulodasmissoes/>. Organizado pela autora (2015).

Nesse sentido ocorre um problema recorrente a outras áreas, ou seja, a queda da taxa de natalidade, associada principalmente as emigrações que culminam na falta de mão de obra local, gerando um colapso, pode-se dizer assim, nos processos produtivos, acentuando ainda mais situações que, ao longo do tempo, já vem demonstrando tendências à estagnação econômica, sobretudo.

2.2 Esvaziamento Populacional: São Paulo das Missões/RS

A dinâmica demográfica das áreas rurais brasileiras, de forma geral vem sendo marcada por significativas alterações. Estas mudanças foram mais intensas na década de 1950, embora hoje, estas intensidades possam ser percebidas mais em algumas regiões do que em outras.

Os maiores fluxos migratórios ocorreram no Brasil, na década de 1970/1980, quando a Revolução Verde atinge seu ápice, (de) organizando populações, “expulsando” famílias do campo e concentrando-as nas cidades. Pacífico (2008) ressalta que o êxodo rural foi significativo nestes períodos, uma vez que a Revolução Verde acelerou a chegada das máquinas dispensando um grande contingente de mão de obra do campo. Concomitante a isso, as indústrias dos centros demandavam mão de obra para trabalhar.

A problemática que envolve o tema do êxodo rural é tão ampla e acentua-se de tal forma, que tanto as áreas rurais quanto as urbanas poderão apresentar resultados negativos em razão destas migrações. Os problemas sociais emergem e agravam-se devido ao deslocamento massivo desses agricultores, pois as cidades não estavam preparadas para absorver e acomodar uma população que rapidamente crescia de forma desorganizada, sem planejamento.

Segundo Olinger (1991, p. 66), “ na década de 60, cerca de 70% da população global da América Latina, vivia no meio rural. Já na década de 90, apenas 30% passaram a viver no campo”. Em análise realizada com dados disponíveis dos últimos 50 anos, Abramovay e Camarano (1999) identificaram que pelo menos um a cada três brasileiros que viviam no meio rural optaram em emigrar.

Isto posto, infere-se que vários são os motivos que podem levar a população a seguir pelo caminho da emigração, entre eles podemos propor: (i) a busca por melhores oportunidades de trabalho (uma melhor renda), (ii) oportunidades de estudos (principalmente para os mais jovens), (iii) pressão do sistema bancário após a revolução verde, para que entregassem seus bens (máquinas, terras e outros) a estas Instituições nas quais haviam se empenhado como garantia, na aquisição da “modernização”, mecanização da sua propriedade.

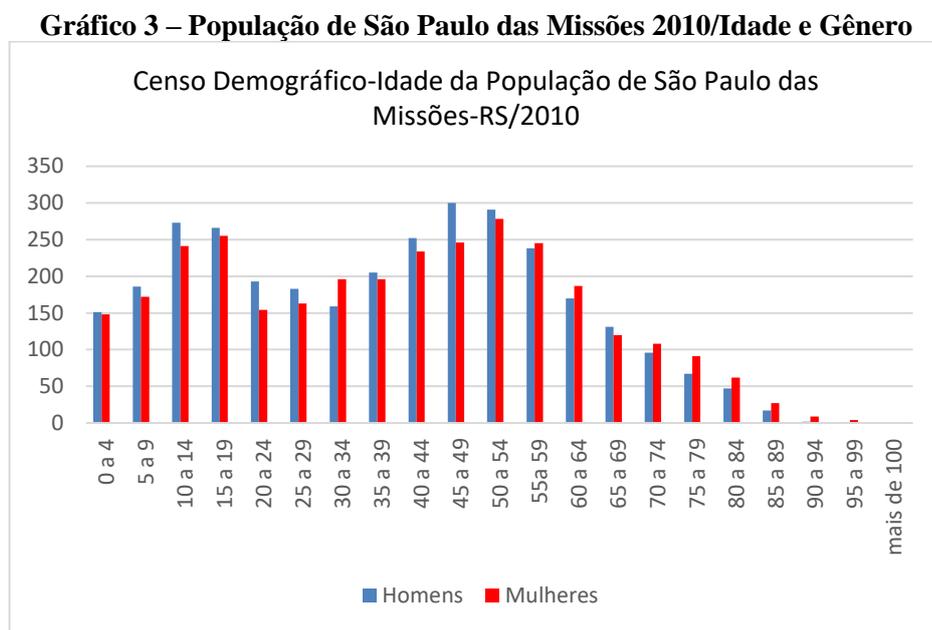
No estado do Rio Grande do Sul, o cenário não era diferente do restante do Brasil. Uma das causas desse fenômeno pode estar relacionada com a falta de ações governamentais, visto as implicações que toda a dinâmica dos fluxos migratórias iriam representar no futuro. É neste cenário de esvaziamento e envelhecimento da população rural, que se insere o município de São Paulo das Missões/RS, o recorte espacial que constitui esta pesquisa.

O conhecimento da realidade, a experimentação e a vivência destas comunidades rurais, se fez necessário para o desenvolvimento e compreensão desta pesquisa, a busca *in loco* dos problemas contribuiu na identificação de possíveis caminhos para solucionar, senão minimizar situações difíceis, no que se refere aos aspectos socioeconômicos, pelos quais o município vem passando, e que estão estritamente relacionados ao fenômeno do êxodo rural.

A área em estudo, como já mencionado anteriormente, possui 1296 domicílios rurais, nos quais se concentram 65,46 % da população, que possui origem étnica alemã, assim como os 34,54% que vivem na área urbana, conforme estimativa do IBGE (2015). Nesta lógica, o presente capítulo vai ao encontro da afirmação de Castro quando aponta que a juventude está na ordem do dia, ainda que não seja um tema tão privilegiado (2007). Embora outros autores reafirmam que se vive um período onde são numerosos os trabalhos sobre jovens do meio rural (WANDERLEY, 2007), observa-se que cada viés atende a determinadas lógicas, alguns autores concentram-se nos estudos sobre gênero, á exemplo, Anita Brumer enfatiza que as mulheres

abandonam mais as áreas rurais do que os homens e em detrimento desta realidade há, hoje em dia, o que conhecemos como masculinização do campo, fenômeno também verificado neste recorte espacial analisado.

A discussão aqui presente busca privilegiar os fluxos migratórios, pois é nesta categoria que os jovens deste município se enquadram, uma vez que existe considerável participação destes na dinâmica migratória. A cada novo censo o número de habitantes de forma geral diminui e a faixa etária dos que permanecem se concentra acima dos 40 anos, como pode-se observar no Gráfico abaixo.



Além dos fatores já mencionados e coletados junto a órgãos demográficos e estatísticos como o IBGE, que orientam ao esvaziamento populacional, outros indicadores puderam ser verificados no trabalho de campo, através da oralidade de famílias dos pequenos agricultores pesquisados. Neste sentido, as famílias relatam para onde seus filhos ou netos costumam se deslocar, seja para trabalhar, seja para estudar, bem como as Universidades que os mesmos frequentam.

Isto posto, pode-se igualmente verificar e registrar (Figuras 2 e 3) através de visitas realizadas nas zonas rurais e nas escolas de ensino fundamental, instaladas no interior do município, denominadas de linhas, que muitas dessas escolas foram fechadas, pois, segundo informações coletadas na Secretaria Municipal de Educação-São Paulo das Missões, não há crianças suficientes para frequentá-las, sendo o custo financeiro para mantê-las considerado alto, visto a pequena quantidade de crianças matriculadas.

Figura 2 – Escola de Ensino Fundamental-Linha Pinheiro, prédio encontra-se fechado, devido à falta de crianças matriculadas. Município de São Paulo das Missões/RS



Fonte: Elaborado pela autora (Julho/2016).

Conforme pode-se observar na foto acima, a estrutura dos prédios aparentemente encontra-se em boas condições de manutenção, além destas outra linha foi analisada por fazer parte do universo da amostra da pesquisa, Linha Ipê. A escola que havia nesta comunidade foi demolida há tempo, restando apenas o terreno com ruínas do que um dia foi a escola, outra não foi construída em seu lugar; segundo os moradores locais, a mesma situação constatada nas outras linhas ocorre também na Ipê ou seja, não há crianças necessárias e na idade escolar prevista para frequentar estas unidades que atendiam estudantes do 6º ao 9º ano.

Assim, as crianças em idade escolar normalmente deslocam-se de ônibus escolares oferecidos pelo município, até a área urbana de São Paulo das Missões para frequentarem escolas, conforme relatado pelas famílias durante o trabalho de campo.

Figura 3 – Escola de Ensino Fundamental da Linha Santa Cecília-Prédio encontra-se fechado devido à falta de crianças matriculadas. São Paulo das Missões/RS



Fonte: Elaborado pela autora (Julho/2016).

Neste mesmo sentido, pode-se inferir, através da pesquisa realizada e das percepções somadas a fala da população local, que os moradores do município, principalmente das áreas rurais, estão envelhecendo, os filhos jovens, com idades para ingressarem no ensino superior estão deixando as pequenas propriedades rurais nas quais moravam com suas famílias e se deslocando para municípios maiores do entorno como Cerro Largo ou Santa Rosa ou para cidades mais distantes, porém que possuam atrativos e ofertas de trabalho, como foi verificado na pesquisa.

Destaca-se que 60 famílias foram analisadas e participaram do questionário. Verificou-se que o número de filhos atualmente não ultrapassa três, esta constatação vai ao encontro dos estudos demográficos que apontam para a queda da natalidade no Brasil. Nesta amostra, foi possível apurar que dezessete jovens com idades entre 17 e 25 anos, saíram do interior para estudar ou trabalhar, em outros municípios. Desses jovens, aproximadamente 30% emigraram para Cerro Largo, a fim de estudar em Universidades como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Integrada do Alto Uruguai (URI) e o Instituto Federal de Educação e Tecnologia Farroupilha (IFF) que se instalaram em Cerro Largo, acredita-se que estrategicamente para atender esta demanda dos

filhos dos agricultores. Sendo assim, os cursos oferecidos seguem nesta perspectiva: Agronomia, Engenharia Ambiental, Biologia, Física e Química.

Outro destino procurado é o município de Santa Rosa, onde encontra-se a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-Unijuí, que oferece cursos como: Comunicação visual, Medicina Veterinária, Engenharia Química, Letras/Português/Inglês. Para este município deslocaram-se do interior de São Paulo das Missões cerca de 20% dos jovens. Santa Maria é outro destino procurado, devido a Universidade Federal e a diversidade de cursos que a mesma oferece, neste caso a pesquisa constatou que quase 20% dos filhos se estabelecem neste município.

Na sequência dos destinos desses jovens, encontra-se ainda o município de Cruz Alta, onde se localiza a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), segundo relato das famílias; a procura dos filhos é pelos cursos de medicina veterinária e agronomia, no entanto, a representatividade dos jovens que se deslocam para este município é pequena, não ultrapassando 5% do total.

Conforme Weisheimer (2005), dois aspectos chamam a atenção sobre a juventude rural, a sua participação na dinâmica migratória e a persistência da invisibilidade social desta juventude. Nem todos os filhos de agricultores saem do meio rural para estudar, há uma parte que se desloca para trabalhar. Seguindo esta linha e após ter estabelecido os roteiros de estudo, é válido fazer referência ao destino de trabalho.

Assim, neste contexto que os municípios de Gramado e Porto Alegre se destacaram. Respectivamente, 12% e 10% da juventude rural de São Paulo das Missões migram para estas áreas em busca de melhores condições de vida. Estes jovens, conforme relatos já possuíam parentes ou amigos nestas cidades, o que contribuiu para a decisão de migrar. Ainda, há um pequeno percentual de jovens que saem do país, porém estes representam apenas 3% e os destinos narrados pelos pais são Áustria, Alemanha e ainda a Suíça, sendo que este último possuía uma parceria com os agricultores do município, no qual os filhos iam estudar e aprender técnicas que seriam utilizadas no retorno a propriedade da família. No entanto, não foram encontrados maiores detalhes sobre o convênio, na atual administração pública.

Frente as características expostas, a questão da saída dos jovens do meio rural é recorrente quando se trata dos processos de reprodução da agricultura familiar, os problemas existentes quanto a ausência destes jovens implica na sucessão dos estabelecimentos familiares, ou seja, para quem ficarão estas unidades familiares? Estarão destinadas ao sumiço?

Quanto a este questionamento pode-se observar nos gráficos a seguir, o que responderam os pais, sobre as perspectivas que têm de os filhos ficarem ou não em suas terras e sobre os planos para o futuro.

Gráfico 4 – Quanto aos planos para o futuro, em relação à propriedade-São Paulo das Missões/RS

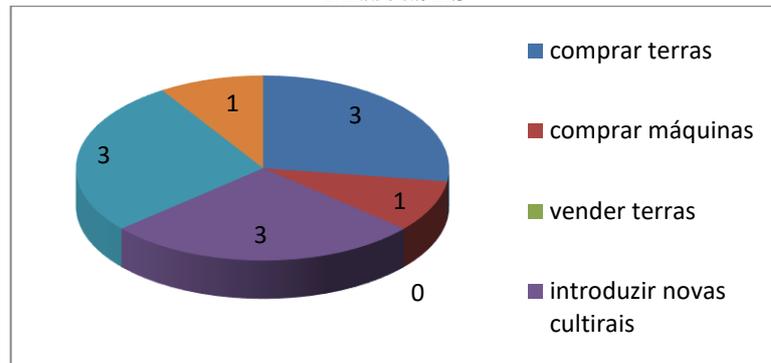
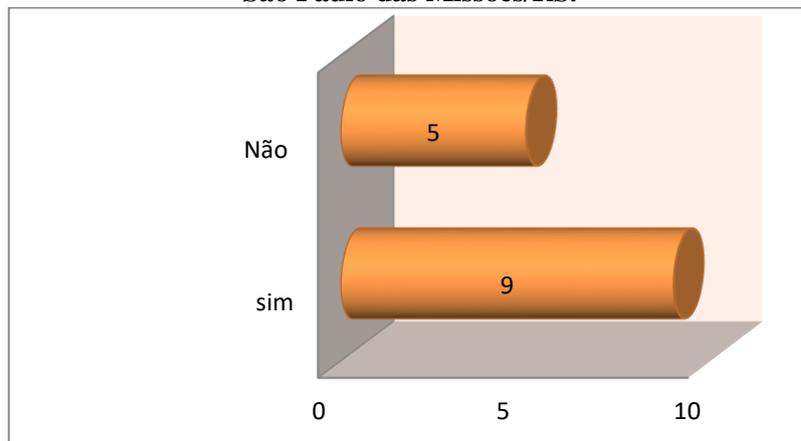


Gráfico 5 – Perspectivas sobre se há ou não possibilidade de os filhos permanecerem na terra-São Paulo das Missões/RS.



Neste sentido, de acordo com Brumer (2007), convém investigar os espaços sociais ocupados pelos jovens rurais, as atividades produtivas que desenvolvem (agrícolas e não agrícolas), as condições de vida e trabalho e suas representações da ruralidade que vivenciam. Para compreender a necessidade de deslocamento ou mesmo o que faz com que alguns jovens permaneçam no campo. No entanto, Abramo faz um alerta sobre:

impossível afirmar a existência de um padrão único de juventude” o que reitera a constatação de que “não dá mais para considerar que apenas uma dimensão da vida do jovem possa nos dizer o essencial sobre o que ele está vivendo e quais são as suas questões, suas necessidades e demandas, suas tensões, contradições ou aspirações, suas práticas, seus valores (ABRAMO, 2007, p. 69).

Sabe-se que o período da adolescência é uma das fases mais complexas de se entender, visto tratar-se de um momento de transição, entre a adolescência e a juventude na qual o indivíduo tende a adquirir certa maturidade. De acordo com Stropassolas (2002, p. 131), “abordar teoricamente a juventude representa um desafio, na medida em que se considera esta categoria como sociologicamente problemática”. Além disso, afirma-se que a juventude representa uma categoria de análise ainda em construção.

Por conseguinte, o não atendimento das demandas, das necessidades e dos anseios dos jovens rurais, conforme Malagodi (2007, p. 202) é o elemento motivador principal das saídas. Contudo, são “as dificuldades em conjunto, vividas pelo núcleo familiar, que pesam sobre a decisão de migrar”. Essas dificuldades se manifestam na estrutura de distribuição da terra e transformam-se num entrave à reprodução agrícola e na conseqüente migração dos jovens (WANDERLEY, 2007, p. 24).

As questões que preocupam os pesquisadores acerca deste tema, é o porquê os jovens migram? Entende-se que estes jovens querem não apenas melhores condições de trabalho, mas também educação de melhor qualidade e, não menos importante, querem o acesso ao lazer. Esses jovens demandam por cinema, shows, teatro, viagens e outros. (Krummer e Colognese, 2013).

Portanto, conforme (CARNEIRO, 2007, p. 78) percebe-se uma dinâmica interessante; de que o jovem rural não está aceitando mais o lugar que sempre lhe foi imposto, sobretudo pelos pesquisadores do meio rural, ou seja, de ‘trabalhador em formação’, de ‘ajudante familiar’ cuja inserção na sociedade se daria apenas no mundo do trabalho e na contribuição que essa inserção possa oferecer à reprodução social de suas famílias.

Há muitas lacunas a serem preenchidas sobre o problema do esvaziamento populacional no campo, sobretudo dos jovens, visto a complexidade do assunto. Assim, atenta-se não só para as demandas dos jovens rurais, mas também para a forma como projetamos nossas esperanças, expectativas sobre esse segmento da população rural.

3 CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-NATURAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES-RS

3.1 Caracterização Física: (Im) Possibilidades de Desenvolvimento em áreas Agrícolas

Atrelado a todas as questões econômicas e sociais que permeiam o território, no que se refere ao seu potencial de desenvolvimento econômico, mormente quando se trata de uma área rural, onde as características físicas naturais irão contribuir para o processo produtivo, tais como o resultado de uma boa colheita que também depende diretamente da ação do intemperismo, faz-se necessário um breve conhecimento do solo, da fertilidade, da espessura do mesmo entre outros para que o pesquisador consiga elaborar um diagnóstico da área e do seu potencial ou não, para a produção.

Neste sentido, é iminente retomarmos o que Myrdal (1972) avalia sobre as questões naturais e o desenvolvimento das regiões, para não recairmos no determinismo geográfico e esquecermos os demais fatores que agem sobre as vantagens e desvantagens de competição entre as regiões que comumente se apresentam em condições de desigualdades de desenvolvimento.

Segundo este autor, mesmo que uma região não apresente quaisquer vantagens competitivas naturais (associadas à fertilidade do solo, pluviometria, hidrovias, etc), se ela não for precursora na produção industrial de um bem “X” qualquer, ela acabará “estruturalizando” vantagens competitivas ante que as demais regiões possam instaurar sistemas produtivos competitivos (PAIVA; 2013, p. 24).

No entanto, as atuais bases de produção exercem uma forte pressão sobre os recursos naturais, acarretando, muitas vezes a destruição e o desequilíbrio dos ecossistemas. Assim, torna-se imprescindível uma reorganização do espaço, tendo em vista a sustentabilidade destes recursos, como condição para a sobrevivência humana e para um desenvolvimento duradouro.

Neste contexto, insere-se o município de São Paulo das Missões, localizado na Microrregião Geográfica de Cerro Largo, o qual se limita ao norte com o município de Porto Lucena, a leste com Campina das Missões, a oeste com Porto Xavier e a sul com os municípios de Roque Gonzáles e São Pedro do Butiá.

O Município está assentado sobre a unidade morfoestrutural do Planalto arenítico-balsático. Essa feição é representada por um relevo em patamares, de topo plano ou levemente ondulado, refletindo a resistência da rocha vulcânica aos processos morfoclimáticos.

Como a camada basáltica é menos espessa para oeste do Estado, em São Paulo das Missões, as altitudes variam de 120 a 300 metros, respectivamente nas planícies fluviais e topos

desenvolvimento de uma pecuária que melhor se adapte ao território e aos elementos históricos que os inseriram no mesmo.

No entanto, conforme as teses de Marx (1996) e Marshal (1983), mais importante que os recursos naturais é o pioneirismo na produção de determinados bens, denominado de expertise, o qual leva produtores a conquistarem vantagens sobre firmas e regiões novas que operam em escala pequena (PAIVA, 2013, p. 2013). É neste aspecto que o presente trabalho se desenvolve, no sentido de identificar atividades propulsivas e cadeias produtivas no município ou desenvolver (potencializar) as já existentes e que neste momento encontram-se estagnadas.

A análise físico-natural de uma região, numa abordagem sistêmica, permite estabelecer as correlações necessárias à compreensão do espaço geográfico e, conseqüentemente, o seu melhor aproveitamento pelo homem.

No entanto, as atuais bases de produção exercem uma forte pressão sobre os recursos naturais, acarretando, muitas vezes a destruição e o desequilíbrio dos ecossistemas. Assim, torna-se imprescindível uma reorganização do espaço, tendo em vista a sustentabilidade destes recursos, como condição para a sobrevivência humana e, para um desenvolvimento duradouro.

Deste modo, a caracterização das unidades morfoestruturais e dos componentes morfogenéticos que caracterizam o espaço, é, sem dúvida, primordial para compreender a gênese, a evolução e a transformação da matéria, que interagindo com a vegetação, formam um quadro físico-biológico determinado (VIEIRA, 1984).

3.1.1 Clima

A necessidade de conhecermos a climatologia regional para a análise geográfica deve-se a íntima relação entre este aspecto físico e a ocupação, notadamente na organização agrária do espaço (MOREIRA; COSTA, 1982).

O município de São Paulo das Missões apresenta um clima subtropical (classificação de Köppen), com verões quentes e chuvosos, do tipo C_{fah}, onde:

C- mesotérmico;

f- constantemente úmido;

temperatura média do mês mais quente é maior que 22°;

h- temperatura média anual superior a 18°.

Neste sentido, por situar-se na porção noroeste do Estado, São Paulo das Missões apresenta um clima caracteristicamente subtropical, mesotérmico e úmido, controlado por

massas de ar tropicais e polares, sendo também influenciado pela continentalidade, que acentua o rigor das temperaturas extremas, apresentando, desta forma, verão quente e inverno frio.

O encontro dessas massas já mencionadas, confere ao clima a característica de umidade, formando frentes, que são as maiores responsáveis pelo elevado índice pluviométrico anual, geralmente entre 1500-1700mm, que se refletem no número de cursos de água existentes na região, principalmente no que se refere ao município em estudo.

De Julho a Agosto, quando predomina a massa polar atlântica, são registradas as temperaturas mais baixas, onde as médias variam entre 13°C a 15°C, com frequente ocorrência de geada. Já, no período compreendido entre Janeiro a Março, são registradas as temperaturas mais altas, devido ao predomínio da massa tropical atlântica, com médias máximas em torno de 31°C, e que raramente estas alcançam 40°C.

3.1.2 Vegetação

A área compreendida pelo município de São Paulo das Missões, em relação à vegetação, apresenta formações arbustivas e herbáceas, com resíduos de floresta nativa em terrenos íngremes, sendo esta uma floresta ombrófila densa, temperada, estacional desidual, formação característica do planalto.

A vegetação arbórea pode ainda ser identificada, sob a forma de mata nativa em encostas íngremes, mata galeria ou entre as formações campestres.

Atualmente encontra-se muito alterada pela atividade agropecuária destacando-se a policultura, com fisionomias variadas, incluindo culturas anuais e perenes, capoeiras em diversos estágios, pecuárias e reflorestamento.

Neste sentido, ressalta-se que a intensa ocupação antrópica da área em estudo e a escassez de iniciativas no sentido de criação de reservas naturais, acentuam os processos de alteração da vegetação original, fazendo-a recuar consideravelmente.

4 AGRICULTURA FAMILIAR & DESENVOLVIMENTO

4.1 Possibilidades de Leitura: Agricultura Familiar

A agricultura brasileira tem passado por importantes transformações. O campo se redesenha e se reorganiza à medida que novos fatores econômicos se manifestam.

Como já visto anteriormente, um dos fatores que ocasionou tal desorganização, entre outros, foi a incorporação de um modelo químico-mecânico, utilizado pelos agricultores na época da Revolução Verde, em meados de 1970, e que hoje vem sendo polemicamente substituído pelo modelo biotecnológico, característica marcante desta nova fase capitalista. Diante destes fatos, os resultados perversos dessas mudanças foram mais sentidos pelos pequenos proprietários de terra, denominados de pequenos agricultores, que utilizam mão de obra familiar, possuem geralmente baixo nível de escolaridade e vivem em busca de oportunidades para aumentar a renda familiar.

A chamada agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chegam a ser responsáveis por 60% da produção (PORTUGAL, 2002).

No Rio Grande do Sul, principalmente, referente ao objeto do qual este estudo trata, foi parte de um processo histórico que como vimos iniciou-se em 1824 com a imigração para esse território e estabelecimento das famílias vindas da Europa, com destaque para as regiões da Alemanha, Itália, Polônia, entre outras.

Tão logo chegaram, receberam do governo brasileiro pequenos lotes de terra, no qual muitas famílias permanecem até hoje, reproduzindo os costumes de seus antepassados, materializando, podemos afirmar assim toda culturalidade que envolve este sujeito. Subsistindo por todas as intempéries econômicas e sociais que perpassam nossa sociedade e dotando esses espaços com especificidades locais que se destacam num mundo tão globalizado.

Assim, a chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a maioria dos produtores rurais no Brasil. Observa-se que existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil.

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. A criação e o reconhecimento da agricultura familiar deve-

se às lutas do movimento sindical por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, que ocorreram no período em que o Brasil ingressou na “onda neoliberal”, no início da década de 1990 (SCHNEIDER, 2010).

Mas, a consolidação veio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através do decreto presidencial n. 1.946 (28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (lei n. 11.326, de 2006).

Nesta perspectiva, Wanderley (2004) afirma: sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As posturas a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento.

Nycha e Soares (2004, p. 5) reafirmam os critérios estabelecidos pelos seguintes programas: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário-INCRA/MDA-(2000), descreveram a agricultura familiar para fins de financiamento no Programa Nacional para Agricultura Familiar, PRONAF, em que: a) a renda familiar bruta prevista não pode ultrapassar a R\$ 27,5 mil, com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura e sericicultura. Sendo que, 80% dessa renda deverão ser provenientes da exploração agrícola; b) a propriedade não pode ter mais que quatro módulos fiscais; c) a propriedade deve manter, no máximo, dois empregados permanentes, sendo admitido ainda, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir.

Segundo o entendimento aqui adotado, embora trabalhem sobre um pequeno lote de terra, mobilizando e utilizando basicamente a força de trabalho do grupo doméstico, os distintos grupos sociais espalhados pelo Brasil, formados pelas diversas categorias de habitantes do espaço rural podem ser denominados de agricultores familiares (SCHNEIDER, 2010). Quando se trata das propriedades rurais, o conceito envolvendo o termo “familiar” é modificado e ampliado devido às particularidades inerentes à agricultura.

No entanto, além das políticas públicas de fomento e desenvolvimento que tentaram caracterizar a agricultura familiar, existem fatores particularmente mais importantes que melhor conceituam ou configuram esses sujeitos. Neste sentido, o que lhes confere essa identidade é o fato de que conforme Schneider (2003, p. 23):

Constituem um vasto contingente social que possui acesso precário aos meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações parciais e insuficientes sobre os canais de escoamento de sua produção. A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de

consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social.

Ainda no que se refere à identidade desses grupos, Lamarche (1993) afirma que os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.

Santos (1999) entende sociedade englobante aquela em que a ordem mundial/global tenta impor, por vários canais, uma racionalidade homogeneizante, porém os lugares seguindo sua própria racionalidade contra-argumenta e enfrenta essa racionalidade única. Convém destacar que esta é a percepção dos pequenos municípios, onde as atividades agrícolas se destacam provenientes da agricultura familiar. Assim, a relação local-global está manifestada da seguinte maneira: enquanto o global expõe as escalas superiores e externas, o local funda a escala do cotidiano, que está pautado na comunicação, na vizinhança, na emoção, na intimidade, na cooperação. Nesse sentido, Santos (p. 273) assevera que, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Em outras palavras, podemos trazer este exemplo ao contexto do rural e urbano, onde cada um apresenta suas singularidades, porém convivendo de forma dependente, ambos os espaços coexistem.

Assim a agricultura familiar, sua reprodução no espaço e no tempo configuram formas e símbolos inseridos na dinâmica do espaço e da organização destes que embora o processo de globalização tente minimizar e extinguir permanecem ‘vivos’ nestes lugares, Dentro desta perspectiva, contribuindo para nosso entendimento, Schneider (2010, p. 109) afirma que:

A agricultura familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras. Tomando-se o Brasil de norte a sul, é possível encontrar uma diversidade muito grande de agricultores familiares, muitos deles atendendo a denominações locais e regionais, tais como colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho.

Outro fator importante que deve sempre ser destacado e lembrado é a dimensão e/ou área de abrangência desses pequenos produtores rurais, bem como a influência de sua participação em nossa alimentação diária. Como vimos 60% da produção de alimentos provém da agricultura familiar.

No Rio Grande do Sul, Brumer (2004, p. 207), afirma que diferentemente do restante do Brasil:

No Estado, a estrutura agrária apresenta um alto grau de concentração das terras e o predomínio de pequenas e médias propriedades: em 1995, os estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam 35,1% do total e ocupavam 3,4% da área total; os estabelecimentos com área de 10 a menos de 100 hectares representavam 57,0% do total e ocupavam 29,5% da área; os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares representavam 7,2% do total e ocupavam 40,5% da área; os estabelecimentos com área de 1.000 a menos de 10.000 hectares representavam 0,7% do total e ocupavam 25,7% da área, enquanto que os estabelecimentos com 10.000 hectares e mais representavam menos de 0,1% do total e ocupavam 0,9% da área. Estima-se que a produção familiar caracterize de um modo geral a maioria dos estabelecimentos agropecuários do Estado com área inferior a 100 hectares, abrangendo, assim, cerca de 90% do total.

Complementando Brumer (2004), Cassel (2007) esclarece sobre o universo de estabelecimentos rurais; 85% são considerados de agricultura familiar, dos quais 60% são responsáveis pela produção de alimentos e de matéria-prima, sendo agente de cerca de 10% do PIB nacional e respondendo por 77% das ocupações produtivas e dos empregos no meio rural. Conforme dados da EMATER (2004), no Rio Grande do Sul as propriedades rurais empregam 4.200 trabalhadores, entre mão de obra familiar e não familiar, temporária e permanente.

Neste íterim, também devemos considerar quando se trata da agricultura familiar as políticas voltadas para o atendimento deste segmento. Retomando esta questão, Queiroz (2011) assegura que parte das políticas implantadas para o meio rural nas últimas décadas caminha dentro do chamado paradigma do capitalismo agrário, ao assegurar que o único futuro para o meio rural está na transformação do camponês em um agricultor familiar, cuja produção é voltada para o mercado.

Essa agricultura familiar, vista à luz do paradigma do capitalismo agrário, é descrita pela intensa presença do trabalho assalariado e conhecida por seu perfil econômico quantitativo na exploração da terra.

Queiroz (2011) enfatiza a noção de que, fora do Brasil, as discussões sobre o desenvolvimento rural conferem espaço e que a efetivação desses debates aparece moldada em quatro elementos chave: “a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade”.

Já no território brasileiro, conforme Queiroz (2011):

[...] dois intelectuais são os responsáveis pela definição de como aparece o desenvolvimento rural brasileiro: José Eli da Veiga (O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, de 2001) e Zander Navarro (Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro, de 2001).

Para o primeiro, o desenvolvimento nos territórios rurais aparece ligado às ideias de valorização e fortalecimento da agricultura familiar, à diversificação das economias dos

territórios, ao estímulo do empreendedorismo local e auxílio do Estado na formação de arranjos institucionais locais. Já para Navarro, “[a] noção de desenvolvimento rural estaria relacionada com as inquietações sociais, típicas da época atual, em que mais do que haver clareza sobre seu significado e características, o que existe é uma incógnita em relação à sua própria possibilidade” (NAVARRO, 2001, p. 31).

No entanto, em se tratando de arranjos institucionais, espaciais e empreendedorismos locais, não bastam teorias, mas toda uma estratégia de planejamento, urbano, rural, local, para que a sociedade, ou municípios consigam atender as demandas, e neste sentido, consigam “dar conta do desenvolvimento”.

Para Lindner (2012) a organização espacial está diretamente ligada aos modos de vida dos que habitam o espaço. O espaço é organizado de acordo com as necessidades, vontades e possibilidades de uma determinada sociedade. Nesse sentido, pensar como um espaço se organiza requer buscar entender toda a dinâmica de seus habitantes, suas vivências, sua cultura e suas formas de pensar o seu lugar. Segundo Nierdele e Grisa (2008) sobre as especificidades de certas dinâmicas de desenvolvimento local frente aos processos de globalização econômica constituem uma questão recorrente no debate social contemporâneo. Diversos estudos sobre globalização e localização na agricultura têm demonstrado que os processos globais convivem cada vez mais com a re-emergência do local e a revalorização da diversidade.

Assim, ao mesmo tempo em que as localidades rurais se defrontam com tendências universalizantes decorrentes do movimento de transnacionalização dos capitais e dos atores econômicos que dominam as principais cadeias de valores (BONANO, 2004), novas possibilidades têm se aberto aos atores locais para se contrapor a estas tendências e criar dinâmicas de desenvolvimento mais autônomas (LONG, 2001; HINRICHS, 2003).

Pensando no viés econômico e considerando uma das principais características do segmento agricultura familiar, ou seja, em vista da maioria das propriedades serem de pequeno e médio porte, muitas alternativas para desenvolver estas áreas começam a surgir; desta forma, segundo Nycha e Soares (2004): a agroindustrialização se faz presente na atividade produtiva de beneficiamento, processamento e transformação da matéria-prima oriunda do setor primário. No entanto, as pequenas propriedades enfrentaram dificuldades de inserir-se neste sistema uma vez que a agroindustrialização atingia complexos e sistemas agropecuários com potencial de grande escala, sendo somente após a década de 80 que os pequenos produtores encontram o seu espaço, pois até então viviam à margem do processo, em função de seus meios de produção caracterizados como rudimentares e voltados, essencialmente a autossuficiência.

Nesta perspectiva, Nycha e Soares ainda seguem afirmando que a inserção, mais do que a integração, da pequena propriedade rural familiar no processo agroindustrializante passou a caracterizar-se como um desafio em virtude da inconsistência dos aspectos produtivos, tecnológicos, financeiros, comerciais e logísticos. Segundo Lourenzani e Silva:

[...] enquanto 97,2% das agroindústrias de pequeno e médio porte geram 43,9% do valor adicionado, os outros 2,8%, correspondente a grandes sistemas e complexas agroindústrias, geram 66,1% desse valor. O processo agroindustrializante quer seja de pequeno ou grande porte, é determinante para geração de emprego e renda em espaços regionais (2004, p. 3).

Se bem viabilizada economicamente, a implantação de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, principalmente, envolvendo propriedades rurais familiares têm potencial para promover a industrialização rural e a verticalização do setor primário, por meio de políticas de desenvolvimento empresarial rural. O desafio é perceber e delimitar as dificuldades dos micros e pequenos empreendimentos agroindustriais a fim de que as ações de políticas públicas e do setor privado possam aplicar esforços e recursos para criar condições mínimas e assim, o pequeno produtor rural possa ter alguma perspectiva de sobrevivência econômico-financeira na atividade agroindustrial (NYCHA; SOARES, 2004).

Portanto, vistos os aspectos aqui analisados, mesmo que algumas linhas de pesquisa se esforcem para teoricamente terminar com o rural e com a figura do agricultor familiar, Silva (1999) afirma categoricamente que, para além deste debate teórico-ideológico, evidencia-se a rica heterogeneidade e a enorme capacidade de adaptação da agricultura de tipo familiar. A diversidade de situações reflete antes as diferentes faces de um mesmo objeto e não objetos distintos. Mas isto não quer dizer que a produção familiar represente um grupo social homogêneo, muito menos uma classe social no sentido marxista do termo. A realidade multiforme desta forma de produção é resultante da sua capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais.

4.2. Sob a égide da Região

Nesta secção, foram analisados alguns conceitos básicos do desenvolvimento regional, a fim de que chegássemos a uma esfera mais particular, à esfera do desenvolvimento local. Para tal não foi possível nos afastar da importância dos atores locais que são peças fundamentais na totalidade do processo produtivo, bem como são responsáveis pelas ações que nutrem o sistema em si.

É mister nesse primeiro momento deslindar o conceito de região, que a luz dos geógrafos se constitui num dos elementos do espaço geográfico sendo considerado, portanto uma categoria de análise. No entanto conforme Gomes (2002) tentamos evitar a sedutora tentação de responder de imediato, o que é região.

O que se busca no conceito de região são suas múltiplas operacionalidades, ou seja, os diferentes recortes que são criados e suas respectivas instrumentalidades. No entanto, é necessário paralelamente religar essas significações aos diversos contextos nos quais esta noção serve como elemento chave de um sistema explicativo, contexto político, econômico ou cultural (GOMES, 2002).

A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um espelho, que reflete, ou serve de referência para a população que nela vive (VIDAL DE LA BLACHE, 1921). Nessa perspectiva do referido autor, é necessário que o pesquisador conviva, se aproxime, indague a própria região sobre sua identidade.

A partir dessa primeira concepção temos uma corrente influenciada pelo discurso marxista, que irá atribuir outra conotação ao conceito de região. É o caso das regiões vista como formação sócio-espacial, que se aproxima ou coincide com o conceito de formação socioeconômica, que conforme Gomes (2002, p. 68):

[...] para Marx, corresponderia aos produtos históricos concreto, dos diversos modos de produção. Sendo que cada modo apresenta um conjunto de formações socioeconômicas com aspectos particulares, com evoluções diversas, mas que possuem em comum as características que dão unidade ao modo de produção. Cada uma dessas unidades deve, pois, organizar um espaço de maneira própria sendo esta a base de uma regionalização ou do princípio da diferenciação do espaço em cada diferente momento histórico.

A ideia de região não tem sido aceita da mesma forma, e tem sido usada de maneira ambígua, como afirma Simões Lopes (1995, p. 31): “Para alguns é uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural; para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma ideia, um modelo que vai facilitar a análise permitindo diferenciar espacialmente os objetos de estudo”.

Na perspectiva do autor citado anteriormente, a região ainda pode ser dividida em duas fases distintas, ou seja, a ¹região formal e a ²região funcional. De qualquer forma, entre um

¹ Áreas geográficas dotadas de uniformidade relativa ou uniformidade em face de determinado atributo ou variável, que começou por ser predominantemente físico para, mais tarde, ser de ordem econômica e, ainda mais tarde, de ordem social e política.

² Áreas geográficas dotadas de coerência funcional a avaliar a partir das relações de interdependência, na base da definição de regiões funcionais estão preocupações associadas à natureza e intensidade das interações de ordem econômica, em

conceito e outro, o que se destaca, ou melhor, o que os une, é a preocupação com a homogeneidade, que se constitui na variabilidade dos elementos que a compõem. Sobre a variabilidade dos elementos, Simões Lopes (1995), argumenta que, é evidente que, quanto menos variáveis tivermos para analisar, mais simples será a delimitação da região, e menor o interesse como abordagem da realidade.

Para Diniz (1995) uma região pode ser considerada homogênea se unidades espaciais separadas estiverem ligadas por características comuns. Algumas ligam-se por características físicas, geográficas ou recursos naturais comuns.

É importante destacar a importância do conceito a partir de Milton Santos, uma vez que o mesmo vai ao encontro dos objetivos desta análise e, sobretudo é parte de uma discussão contemporânea, que não privilegia apenas a esfera geográfica, mas tem uma ambição muito maior, de abranger ou englobar todos os aspectos possíveis que possam ser discutidos nas demais ciências, com ênfase para a econômica.

Para todo efeito, a internacionalização do capital, em seu novo período técnico científico, mostrou a debilidade do antigo conceito de região. A aceleração da acumulação de capital tornou mais seletiva suas ações no espaço. O edifício regional estável e coeso dá lugar à instabilidade e às frequentes mudanças em sua forma e seu conteúdo. As relações internas estão mais condicionadas pelas demandas externas, o que não elimina a região, mas gera mudanças em seu conteúdo. “Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (SANTOS, 1997, p. 197).

O conceito assume nova configuração, quando Hansen (2004) lança a ideia de que as características econômicas e sociais comuns são mais importantes, como, por exemplo: o padrão de consumo, a distribuição ocupacional de força de trabalho, a existência de um recurso natural dominante, a topografia, o nível de rendimento *per capita*, os comportamentos sociais. Contudo, áreas que são uniformes sob alguns aspectos podem ser na verdade heterogêneas daí a dificuldade em identificar limites entre regiões iguais (homogêneas).

Como última explanação sobre o conceito de região, trazemos ainda PAIVA, que contribui, numa análise comparativa frente às demais ciências, enfatizando que para a Ciência Econômica (ainda que não para as demais Ciências Sociais), a região é, necessariamente, um território subnacional (2013, p. 27).

regra identificadas no espaço por polos (industriais), nós (de comunicação) ou centros (de serviços), “pontos” de elevada intensidade de relações.

Frente à diversidade de conceitos, pensa-se que se torna de fato ambíguo trabalhá-los de forma generalizada, neste caso, é necessário ter em mente o objetivo do trabalho, sua finalidade, e autores que serão abordados, para então, após um bom planejamento e estruturação, se apropriar do conceito que melhor se adapte à pesquisa.

4. 2.1 Perspectivas singulares acerca do Desenvolvimento

Iniciemos esta discussão com as palavras de Estevas, sobre o termo desenvolvimento:

Nos dias de hoje, porém, quando a maioria das pessoas utiliza o termo “desenvolvimento”, estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar. Todos se confundem, ao utilizar indiscriminadamente uma palavra tão carregada de conotações, que, além disso, está destinada a extinção, essas pessoas prolongam sua agonia, transformando-a numa condição crônica. Do cadáver ainda desenterrado do desenvolvimento começam a surgir, espalharem-se todos os tipos de pragas. Chegou o momento de revelar o segredo do desenvolvimento e de vê-lo em toda sua nudez conceitual (ESTEVAS, 2000, p. 59).

De forma irreverente o autor nos apresenta um conceito que ocupa o centro de uma discussão muito antiga, sobretudo após Segunda Guerra Mundial, quando o então presidente dos Estados Unidos Truman (1949), a utiliza de forma oportuna, no que se refere ao cenário político que vivenciavam, carregando-a de distorções e contradições, quando a associou “inescrupulosamente” ao termo subdesenvolvimento.

Deslocando-se no tempo, um pouco mais longe, de 1759 a 1859, através respectivamente de Wolff e Darwin, foi que o desenvolvimento evolui, de uma concepção da transformação que a considerava como um movimento na direção da forma apropriada para o *ser*, passou a considerar essa transformação como um movimento na direção de uma forma mais perfeita daquele mesmo *ser*, naquela época os cientistas passaram a utilizar os termos evolução e desenvolvimento como sinônimos (SACHS, 1990, p. 62).

Em 1768, o fundador da história social, Jusus Moser, começa a empregar a palavra *Entwicklung* para designar um processo gradual de mudança social. Em 1800 o termo, começou a ser utilizado como verbo reflexivo, conforme Sachs aponta, em seus estudos mencionados, o autodesenvolvimento tornou-se moda e pouco a pouco as conotações metafísicas sobre o universo esvaziam-se. Desta forma, abriram-se todas as possibilidades para o sujeito humano, agora autor do seu próprio desenvolvimento e livre dos desígnios divinos. Sendo a oportunidade para que Marx, o trouxesse como categoria central de suas obras, na qual a mais valia, ocupa posição de destaque.

A primeira teoria do desenvolvimento econômico foi formulada na obra *Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, de 1776 (conhecida simplesmente como “Riqueza das Nações”), de Adam Smith. O objetivo central de sua teoria era revelar como se pode passar rapidamente de uma economia atrasada-agrícola para uma economia avançada-industrial.

Sob esta ótica, tendo como base os estudos de Smith, David Ricardo formula a teoria clássica do desenvolvimento econômico. Esta tem como objetivo fundamental explicar, partindo das premissas capitalistas, o processo de crescimento de uma economia até seu estancamento final.

Dentre os teóricos neoclassistas, que também abordam o desenvolvimento econômico, está Schumpeter que define o conceito da seguinte forma:

[...] é uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Essas mudanças e estas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais (SCHUMPETER, 1988, p. 75).

Podemos inferir que as teorias de Ricardo e Schumpeter eram muito próximas, uma vez que ambos traziam à discussão as inovações, no entanto o objetivo da produção diferenciava-se, pois, inovar para Ricardo era sinônimo de produção, porém não necessariamente isto implicaria no lucro. Já para Schumpeter, inovar implicaria em mudanças, que garantiriam (ou deveriam) garantir um retorno, ou seja, lucro. Assim, temos a partir de Schumpeter que:

Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as “novas combinações” podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente ocorrerá crescimento, mas não um fenômeno novo...Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento (SCHUMPETER, 1988, p. 76).

No entanto, não podemos aproximar o conceito de desenvolvimento apenas dos critérios econômicos, mesmo se tratando de uma análise econômica, deixando passar todos os outros elementos que na atualidade são bastante considerados, como o envolvimento dos atores locais, no processo de iniciativas de ações no território.

De acordo com Vásquez Barquero (1993, p. 219), o *desenvolvimento econômico local* converte-se, durante os anos 80, na estratégia de desenvolvimento territorial dominante. Fica para trás a época em que a economia era uma questão que só afetava as decisões da administração central do Estado e das grandes empresas e em que os administradores locais só se preocupavam em gerir os serviços públicos.

Assim, o desenvolvimento está estreitamente relacionado à qualidade de vida de uma população, o quanto ela se identifica com as atividades que se manifestam em um determinado território, pois particularmente acredita-se que a partir desta identificação e consequente satisfação, acarretará o pleno crescimento econômico das regiões.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

5.1 Percepções com vistas ao Desenvolvimento Local

Com vistas ao desenvolvimento local, surgem ações representadas nas políticas públicas que visam a atender as fragilidades do pequeno agricultor, dando-lhe perspectivas e auxiliando-o a entender os processos pertinentes, mas principalmente, oportunizando a organização e exercício da cidadania.

As primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil datam da década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública no país (PEIXINHO, 2013).

O texto, a seguir, realizou um breve resgate histórico dos programas de alimentação escolar no Brasil, com ênfase para o contexto atual, ou seja, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma vez que nesta nova estrutura, a preocupação com a segurança alimentar, preservação da identidade cultural através de alimentos regionais, entre outros, têm-se destacado. Em seus novos textos surge também, neste mesmo aspecto, uma parceria entre as instituições de educação, prefeituras e os agricultores familiares, que passam a fornecer parte dos alimentos para as escolas.

Neste sentido, se percebe na parceria com os agricultores familiares uma forma de incentivo, um fomento ao desenvolvimento local, visto que muitas destas famílias não possuíam mais alternativas de produção, nem mercado consumidor, refletindo por vezes um espaço economicamente estagnado.

Neste aspecto as políticas públicas surgem, visando responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis (PEIXINHO, 2013). Diante destas proposições, surge o interesse em evidenciar a Política Pública do Programa Fome Zero, que através do FNDE e manifestada no PNAE, tem influenciado na dinâmica das unidades de produção familiar como, no caso da área em estudo, o município de São Paulo das Missões/RS.

Cabe-nos, rapidamente, resgatar que, “Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

No mundo globalizado, que proporcionou a formação de uma nova hierarquia dos espaços (DOWBOR, 1998), o papel dos municípios e das comunidades locais se tornou cada vez mais decisivo na busca do desenvolvimento de nossas sociedades. Para Frey:

Em função dos programas de ajuste estrutural que foram implementados em boa parte dos países nas últimas décadas, envolvendo políticas de austeridade, desregulação, privatização e uma retração geral do Estado da esfera econômica, o setor público está sofrendo grandes transformações, sobretudo um aumento da dependência em relação às decisões de agentes econômicos privados. Esta dependência se revela ainda mais grave nas áreas rurais, onde o setor privado é o principal responsável pela modernização da agricultura nas últimas décadas e onde, por outro lado, a presença do Estado como agente de modernização, sobretudo por meio a prestação dos serviços públicos básicos à população rural, é bastante limitada (2010, p. 263-264).

Assim, ocorre a necessidade de novos arranjos institucionais e políticas agrícolas paralelas que tentam atender às necessidades específicas desses setores mais vulneráveis. Exemplos disso são as Secretarias de Agricultura Familiar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou, respectivamente, as políticas de agricultura familiar e de reforma agrária. A criação de estruturas e práticas paralelas para esses setores mais marginalizados permitiu, desta maneira, atender pelo menos parcialmente a estas demandas crescentes, sem, entretanto, requerer o questionamento dos fundamentos do modelo agrícola produtivista, baseado nas grandes propriedades e na monocultura e orientado à exportação, que continua a dominar e orientar a política agrícola do Brasil, tanto econômica quanto ideologicamente (ABRAMOVAY, 2001).

Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área da segurança alimentar e nutricional, sendo considerado um dos mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo (PEIXINHO, 2013).

O PNAE tem-se consolidado e expandido nos últimos anos, e segundo o autor citado anteriormente, entre 1995 a 2010, o PNAE ampliou sua cobertura populacional de 33,2 milhões para 45,6 milhões de escolares, enquanto a alocação de recursos financeiros passou de 590,1 milhões para 3 bilhões de reais.

Durante este período, surgiram avanços considerados importantes ao desenvolvimento do PNAE; entre eles podem-se citar: estabelecimento de critérios técnicos e operacionais; fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) no controle social; estratégias normativas para a ação de nutricionista como responsável técnico e a criação de Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE).

Concomitante a estes avanços, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, por sua vez, trouxe novas perspectivas para o PNAE, como a extensão do programa para toda a

rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a recomendação de que no mínimo 30% do repasse do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Quando se fala em avanços no Programa, leva-se em consideração todo o histórico da alimentação escolar, principalmente, no Brasil, e neste caso, não podemos esquecer-nos do elevado grau de dependência que o país possuía em nível internacional.

Outro processo que pode ser entendido como um avanço para o programa foi a promulgação anterior a de 2009, da Lei 8.913 de 1994, que prevê a administração da alimentação escolar de forma descentralizada, ou seja, no qual, cada instituição é responsável pela aquisição dos alimentos, distribuição, neste sentido proporcionando uma alimentação mais específica, mais local, além de possibilitar a inclusão das pequenas empresas, do comércio local e principalmente dos pequenos produtores rurais.

Neste sentido a compra de alimento pelos municípios, estados, escolas, para a merenda escolar, adquiridos da agricultura familiar, vem sendo percebida, também como uma forma de desenvolvimento local. Pois tem permitido a (re) inserção de muitas unidades de produção familiar que se encontravam sem perspectivas de desenvolvimento.

Desta forma, o esforço em envolver os produtores, as associações e as cooperativas locais no mercado institucional de compra de alimentos para a merenda escolar, tem-se apresentado de diversas maneiras, mas principalmente com o apoio de instituições de pesquisa, como os Institutos ou Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) dos estados, que possibilitam a organização, o aprimoramento da produção e a participação de concorrências para aquisição de alimentos para o fornecimento da alimentação escolar. Algumas prefeituras optaram também por criar leis municipais de incentivo à associação de agricultores locais, outras dão assistência técnica para a produção e a comercialização e algumas também utilizam programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dentro desta proposta de inclusão da produção local, o cardápio da alimentação escolar acaba resgatando a cultura alimentar regional e também promovendo ganhos em termos nutricionais (PEIXINHO, 2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui-se como uma das ações do Programa Fome Zero que visa atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA é uma política pública que busca fortalecer a agricultura familiar e atender àqueles que não têm acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias.

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, sendo que uma das finalidades é “[...] incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão

econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda” (BRASIL, 2012B).

Para participar do Programa, as famílias produtoras devem estar enquadradas no Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, sendo identificadas como agricultores familiares ou acampados da Reforma Agrária, podendo ser aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, quilombolas e acampados. Esta identificação é comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF/ DAP, que pode ser obtida junto a Instituições previamente autorizadas (PEREIRA; LOURENZANI, 2014).

Como anunciamos anteriormente, as percepções do PNAE ocorrem no contexto do recorte espacial estabelecido, o município de São Paulo das Missões/RS. É no contexto da prática, que a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. São os efeitos da implantação do PNAE que abordaremos nessa seção.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), O Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003 pela lei 10.696, tem a finalidade de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socio-assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A execução do Programa pode ser feita por meio de seis modalidades de operação: (i) compra direta da agricultura familiar, (ii) apoio à formação de estoques pela agricultura familiar, (iii) incentivo à produção e ao consumo de leite (PAA - Leite), (iv) compra institucional, (v) compra com doação simultânea e (vi) aquisição de sementes (BRASIL, 2013A).

No Município de São Paulo das Missões, a modalidade operacionalizada do PAA, é a compra direta dos agricultores, ou seja, os agricultores familiares enquadrados no PRONAF vendem seus produtos por meio das secretarias municipais (agricultura, educação, assistência social...).

O Programa começou a ser operacionalizado na área em 2009, com poucas famílias participando, uma vez que a política pública era recente, fato que causou desconfiança por parte de alguns agricultores e cooperativas.

Contudo, no que se refere ao PNAE, na área social, a presença do Programa tem significado uma maior adesão à alimentação escolar por parte dos alunos, um maior interesse e envolvimento da comunidade escolar, como pais e professores com o objetivo de que a escola ofereça uma alimentação nutritiva e de boa aceitação. Além disso, o PNAE pode resultar em um impacto positivo para economia local, a partir da compra de alimentos de produtores locais, como destacado anteriormente. Dessa forma, é importante ressaltar que investimentos isolados não geram os impactos positivos necessários para que a gestão, em todos os seus aspectos, possa ser considerada eficiente (ABRAMOVAY, 2001). Apenas a política pública, neste caso, não é suficiente, muitas famílias de agricultores têm dificuldade de acesso à sede do município, e de acesso a tecnologias digitais, visto o afastamento de algumas comunidades rurais, o que inviabiliza a participação individual no processo todo, desde a chamada pública, que se dá via internet através de edital até mesmo o momento em que seria necessário o transporte/escoamento da produção para as escolas, secretarias e outras instituições na zona urbana do município.

Nesta perspectiva, cabe evidenciar como é realizado o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar, para as escolas. Segundo o Manual da Agricultura Familiar a compra para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Com base na resolução supracitada, são definidas as etapas e o modo de funcionamento apresentados a seguir: (i) quem compra? (ii) quem vende? (iii) passo a passo no qual são estabelecidos alguns critérios a serem cumpridos.

No contexto descrito destacam-se : (a) o orçamento que se trata de um levantamento dos recursos orçamentários disponíveis; (b) articulação entre os atores sociais, que pode ser entendido como um mapeamento dos produtos da agricultura familiar; (c) o cardápio; (d) pesquisa de preço; (e) chamada pública; (f) elaboração do projeto de venda; (g) recebimento e seleção dos projetos de venda; (h) mostra para controle de qualidade; (i) contrato de compra; (j) entrega dos produtos que inclui o termo de recebimento e pagamento dos agricultores.

A participação das famílias neste processo é controlada inicialmente pela prefeitura municipal, através da secretaria de educação e da agricultura, que tentam organizar dados sobre o número de famílias que participam das vendas, os produtos que são comprados e os cadastros das famílias. As informações que podem ser acessadas constam apenas no site do Ministério da Educação, no Relatório da Delegação Estadual de Alunados por Ação do Programa, que fornece o número de alunos por município que são beneficiados pelo PNAE (Tabela 3).

Em relação a esta falta de transparência verificada nos processos que envolvem o PNAE, FREY em seus trabalhos assegura que:

[...] eventuais negociações referentes a melhorias das condições de vida no campo, em nível local, ocorrem em escalas maiores, em articulações nebulosas e pouco transparentes entre governo federal e as elites estaduais ou municipais. Isto significa que os próprios afetados pelas políticas em favor do meio rural estão habitualmente excluídos deste processo político, impossibilitando um efetivo controle social por parte da população rural (2009, p. 265).

Inserida nesta ótica exposta pelo autor acima, enquadra-se a área em estudo, relatos coletados no trabalho de campo, confirmam o que Frey afirma sobre os processos políticos e falta de transparência, pois das 60 famílias que responderam à pesquisa, apenas 18 possuem acesso a computadores e destes, 7 possuem internet em suas residências.

Outro fator que dificulta o acesso a participação no Programa e torna-se, portanto, um fator excludente, é a idade dos agricultores, como o estudo vem abordando ao longo dos capítulos, o campo está passando por um processo de transição demográfica, caracterizado pelo envelhecimento da população, fato notável. Desta forma muitos agricultores devido à idade avançada e falta de instrução sobre conhecimentos de informática, acabam não acessando os programas, o que neste caso é indispensável para participar da chamada pública que escolherá, quais agricultores fornecerão alimentos para as escolas, ou mesmo, apenas verificar os resultados dos classificados no processo.

Portanto pode-se inferir que a participação não é efetiva daqueles que realmente necessitam do incentivo para o desenvolvimento de sua propriedade/negócios, mas sim de uma minoria que devido a lacuna existente pela negligência do processo, e da esfera pública, se beneficiam não de forma indevida, pois legalmente participam do processo, mas de maneira politicamente tendenciosa.

**Tabela 3 – Alunado Por Ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar-Consulta: 2014
Município de São Paulo das Missões/RS**

NOME DA ESCOLA	CRECHE		PRÉ-ESCOLAR		FUNDAMENTAL		MÉDIO		AEE	TOTAL
	parcial	integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
EMEF.Santa Cecília	0	0	16	0	78	0	0	0	2	96
EMEF.São José	0	0	5	0	119	0	0	0	0	124
EEEB.ProfºFrancisco José Damke	0	0	0	0	0	114	200	0	0	314
EMEF.Pe.Francisco Rieger	0	0	52	0	350	0	0	0	9	411
EMEF.Cristo	0	0	0	0	73	0	0	0	2	75
EMEI.Viva Vida	0	23	0	26	0	0	0	0	0	49
TOTAL	23		99		734		200		13	1069

Fonte: Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/PNAE (2015).

A falta de informações, e/ou a sua omissão por parte de quem deveria fornecê-las ou expô-las em lugares mais visíveis e de fácil acesso a toda comunidade, nos leva a repensar toda a dinâmica e fragilidade das estruturas e dos agentes políticos/administrativos envolvidos. Enquanto os investimentos públicos e, por conseguinte, os fluxos de mais-valia beneficiam em regra geral, “a algumas firmas ou pessoas, que não são obrigatoriamente locais”, a sociedade local acaba ‘descapitalizada’, proporcionando um ‘esvaziamento’ político local (SANTOS, 2002).

Desta maneira a fragilidade da cidadania rural está relacionada à quase inexistência de uma esfera pública nas áreas rurais em que conflitos em torno da distribuição de tais recursos públicos, pela sua própria inexistência, por vezes, poderiam ser travados. O homem do campo, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as intempéries externas e internas, e a ganância dos intermediários principalmente (SANTOS, 2007).

A consequência é uma estrutura agrícola-rural caracterizada, de um lado, pela concentração do capital e da terra em poucas mãos e, de outro, pelo aumento da pobreza e miséria no campo e dos fluxos migratórios do campo para as cidades (SANTOS, 2007).

Em nosso recorte espacial, ocorre o mesmo processo e consequência descrita por Santos, expandindo-se cada vez mais os fluxos migratórios do campo para a cidade, implicando na diminuição da população, principalmente da faixa etária jovem, de forma que apenas crianças e idosos permanecem no campo. A preocupação com a mão de obra no campo se dá em função do município possuir uma estrutura fundiária, predominantemente de pequenas propriedades rurais sendo que a concentração de pessoas se dá no campo, de onde provém a maior parte dos recursos financeiros do município.

5.2 A Dimensão do Rural & Urbano

Os fluxos de informações contemporâneas permitem acompanhar com clareza a proporção e resistência do fenômeno rural e suas características nada ínfimas de suas dimensões. Mesmo que o urbano tenha se infiltrado e se espalhado pela superfície terrestre, esforçando-se para minimizar o meio rural dos mapas, considerando as discussões que tratam sobre o esvaziamento destas áreas (SARRACENO, 1994; KAISER, 1990) e somando a isso os governos que utilizam índices nada confiáveis para mensurar a porcentagem de populações rurais no Brasil, ainda assim, em meio a tendências globalizantes, porém naturais, o meio rural torna-se um espaço cada vez mais singular, de expressões específicas que vêm atraindo o interesse de muitos pesquisadores que percebem a necessidade de manter essas especificidades e desenvolvê-las, como alternativa econômica e social. Para que jamais estas áreas sejam esquecidas ou anuladas e que com isso se anule também a história dos indivíduos que habitam estas comunidades, e que fazem parte da história do país.

Neste contexto, de acordo com Veiga (2000) não existe desenvolvimento rural como fenômeno concreto separado do desenvolvimento urbano.

Sabe-se também que não é possível chegar a uma definição única e precisa, sobre o rural, devido à complexidade que envolve o tema.

Muito embora, a “[...] diferença entre espaços urbanos e rurais se produz em função da divisão do trabalho [...] mas essa separação pode e deve ser superada em função do crescimento das forças produtivas e de novas relações de produção” (SOBARZO, 2006, p.55). Destaca-se que a superação enunciada, está relacionada às novas formas de produzir, o que não significa afirmar que o rural esteja fadado ao sumiço, bem como as atividades agrícolas nele

desenvolvidas, o que ocorre é um reordenamento dos espaços rurais e urbanos, ambos coexistem, porém com diferenciações.

Como explica Baptista (2001), a Sociologia Rural, no início do século XX, também já distinguia rural e urbano:

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base em algumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os polos extremos (BAPTISTA, 2001, p. 55).

A percepção sobre as particularidades do rural são mais visíveis para quem habita estes espaços, do que para os que residem na área urbana, sendo que na maioria das vezes estes são representados por pequenos municípios, distritos e ou subdistritos, vilas também denominadas em algumas regiões do Brasil de vilarejos.

A reprodução dos modos e hábitos rurais se manifesta de forma bastante diferenciada dos que ocorrem no urbano, a projeção dos bens tangíveis e intangíveis na área rural são estritamente relacionadas ao passado histórico dessas comunidades e da população que as habitam, como exemplo, as festas populares que homenageiam santos ou que retomam de forma divertida, atividades que eram desenvolvidas no país de origem dos imigrantes deste espaço (alemães) neste caso, como a *Kerbfest*, que acontece em nossa área de estudo.

No espaço urbano, a questão cultural nos últimos anos, parece ter se perdido em meio à promiscuidade cultural que se estabeleceu na globalização. Ao que tudo indica em alguns espaços os indivíduos se esqueceram de suas raízes culturais, da história dos seus antepassados, da forma de fazer e dos seus saberes (únicos). Ou, ainda pior, não querem lembrar, pois este passado, frente às transformações socioeconômicas atuais, fortemente gerenciadas pelas novas tecnologias parece mais interessante e promissor do que um passado simples. Sobre estes aspectos SANTOS contribui, ressaltando que:

É preciso perceber três espécies de globalização se queremos escapar à crença de que este mundo, assim como nos é apresentado, é a única opção verdadeira: há o mundo tal como nos fazem vê-lo, com a globalização como fábula; o segundo é o mundo como ele é com a globalização como perversidade; e o terceiro, o do mundo como ele pode ser, o da outra globalização. [...] a globalização perversa, ataca a maioria dos países pobres, trazendo miséria, fome e doenças. A educação de qualidade mais inacessível. Os males espirituais e morais alastraram-se e aprofundaram-se (os egoísmos, cinismos e corrupções) (2001, p. 18).

Destaca-se, no entanto, que essa dicotomia, começa a ser superada. O rural não deve ser definido como o “tempo lento” e nem o urbano como “tempo acelerado e curto” (BAGLI, 2010,

p. 83). Uma vez que só se tem o tempo lento em contraposição ao rápido e ambos, é necessário destacar, coexistem.

Vários podem ser os fatores que levaram a esse entendimento dicotômico entre o rural e o urbano, mas, de acordo com Endlich (2010, p. 11), “as condições políticas e sociais que permitiram a divisão socioespacial do trabalho, originaram a contraposição entre o rural e o urbano”

[...] no espaço rural foi desenvolvido um tipo específico de trabalho, ligado a produção de produtos primários. No espaço urbano as relações de trabalho estão associadas à produção de produtos industriais, ligado ao setor secundário e terciário.

Segundo Silva (2010), tanto o urbano quanto o rural referem-se às questões sociais, mas não consideram o espaço enquanto produto, apenas como meio onde as relações sociais e econômicas se desenvolvem. É neste contexto que se retoma o conceito de formação socioespacial de Santos (2009, p. 73), pois tanto a questão urbana quanto a questão agrária estariam imbricadas em uma “questão socioespacial”.

Também sob esta ótica o sociólogo Freyre (1982, p. 57) afirma que:

[...] a integração entre o rural e o urbano assume uma nova denominação, “rurbanização”, ou seja, um processo de desenvolvimento socioeconômico que combinam formas e conteúdos de uma só vivência regional, a do Rio Grande do Sul, por exemplo, ou a nacional do Brasil como um todo, valores e estilo de vida rural e valores e estilos de vida urbanos.

Este conceito foi usado pelo autor como uma forma de explicar essa confluência entre o espaço rural e o espaço urbano. Como um fenômeno social, acima de tudo, e que está presente principalmente nas cidades pequenas (KAGEYAMA, 2004).

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver certo consenso sobre os seguintes pontos:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes (KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Paralelo ao conceito de rural e a dinâmicas espaciais que se manifestam nestes espaços, surgem novas denominações que visam explicar as transformações ocorridas neste recorte.

Nesta perspectiva, “rurbanização”, visto anteriormente, nada mais é do que as ruralidades, ou melhor, as “novas ruralidades” que se reorganizaram frente às novas dinâmicas espaciais do urbano e do rural, ou seja, representam alternativas de combate à pobreza no campo

e as novas perspectivas de geração de renda. É nesta linha que Abramovay (2003, p. 52) defende que:

Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento.

Sem embargo, na perspectiva de análise deste trabalho, recorre-se mais uma vez aos estudos de Lindner (2012, p. 21) a qual entende que:

[...] as ruralidades não estariam relacionadas diretamente a atividades agrícolas, mas sim a características culturais ligadas aos modos de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, que influenciam atitudes e comportamentos e que não necessariamente são encontrados apenas em nas áreas rurais. Já no que concerne as “novas ruralidades”, percebe-se tratar-se de um fenômeno de raiz urbana, que além de se utilizar das ruralidades, engloba diversos outros elementos e atividades, como forma de geração de renda em atividades direcionadas a um público urbano.

Muito em voga sob outras denominações, as novas ruralidades e/ou pluriatividade reorganizam a forma de trabalho na agricultura familiar, pois as pessoas passam a desenvolver atividades diversas que não necessariamente estejam ligadas a agricultura (SCHNEIDER, 2010).

Em razão da complexidade da discussão, atenta-se para uma confusão conceitual que a permeia, não podemos considerar o campo como sinônimo de rural e nem cidade de urbano. Pois para Silva (2011, p. 182), rural e urbano são termos mais gerais para falar de campo e cidade. O rural é maior que o campo e, por conseguinte, o urbano é maior que a cidade.

Quando falamos de rural e urbano incluímos aí o espaço físico, ou seja, o chão e tudo que está nele: os objetos, as ações, as pessoas etc. Ao rural e ao urbano corresponde o chão que caracteriza cada espaço mais a identidade das pessoas que ali vivem. Rural e urbano também compreendem o modo de vida de seus habitantes.

De acordo com o mesmo autor, o rural e o urbano são dimensões que ultrapassam o campo e a cidade. Ou seja, campo e cidade são “[...] espaços da produção que se materializam através do trabalho”. Muito embora as forças que os movem sejam orientadas também pelos interesses e possibilidades, que cada vez mais se projetam sobre os espaços, sobrepondo-se por vezes aos interesses locais. Assim, pode-se assegurar que no campo, as particularidades se destacam:

O campo é a forma concreta das relações que permeia o rural e a cidade a forma concreta das relações existentes no urbano. Assim, é preciso considerar que esses espaços apresentam características próprias que os diferenciam, porém que se relacionam e se complementam (SILVA, 2011, p. 182).

Para Veiga (2007), as cidades necessitam da proximidade com as zonas rurais, pois os seres humanos precisam reestabelecer seu contato com o meio ambiente (natural), assim como as áreas rurais carecem das relações com as atividades e oportunidades encontradas somente nas cidades. É sob esta lógica que as relações entre o urbano e o rural assumem uma nova configuração, a partir das necessidades e extensão territorial, no sentido de apropriação, de poder, produção, de reprodução dos modos de vida ou do saber-fazer (rural-urbano).

Nesta perspectiva, de reprodução de modos que envolvem o rural sobre o urbano e vice-versa, surgem as atividades não agrícolas dentro de um espaço que até então, só produzia bens gerados da agricultura. A este fenômeno Silva (1997, p. 12) caracteriza como sendo pluriatividade configurando-a de duas formas:

- i) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde prestação de serviços manuais até emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas e etc.);
- ii) através da contribuição de atividades tipicamente urbanas no setor terciário com o *management* das atividades agropecuárias.

À medida que os espaços se (re) organizam, os interesses e possibilidades acompanham esta dinâmica e desta forma, SILVA (1997), afirma que milhares de profissionais urbanos sentem-se atraídos por facilidades decorrentes e disponíveis das atividades agropecuárias e assim passam a ver o campo como oportunidades de negócios. A pluriatividade torna-se a marca desse “novo agricultor” e assinala vários fenômenos relacionados com o novo rural dos países desenvolvidos.

Tais oportunidades e negócios, conforme Schneider (2010), já existia, todavia não eram valorizadas, não agregavam valor suficiente na renda familiar, eram por vezes mulheres que trabalhavam com o artesanato reutilizando e reaproveitamento as sobras dos materiais descartados na agricultura. Hoje, devido à integração com cadeias produtivas, em alguns estados essas atividades ultrapassaram o âmbito familiar transformando-se em atividades com renda real.

6 ANALISE DOS DADOS

Não obstante, como vimos nas secções anteriores, a constituição de um novo padrão agrícola e principalmente sua repercussão, se deu de forma diferenciada em cada região. Assim, é mister delimitar como os processos ocorreram em São Paulo das Missões.

Tal inserção nos novos padrões agrícolas gerou e ainda produz uma série de problemas socioeconômicos e ambientais, pois a pressão sobre os recursos naturais para que esses suprissem a demanda comercial, implicou no comprometimento e extinção de espécies vegetais, desmatamentos, processos erosivos do solo, dos rios e falta de nutrientes na terra Marin (2010). Já na esfera social, o êxodo rural tem provocado o esvaziamento populacional desses territórios.

Os resultados dessas transformações fizeram-se sentir, principalmente entre os médios e pequenos proprietários rurais, é neste sentido que se iniciam as mudanças na forma de reprodução familiar e na reorganização das dinâmicas espaciais do município.

Nesta lógica da reprodução familiar, sabe-se que as atividades agrícolas são bastante limitadas uma vez que dependem de fatores ligados à sazonalidade, que grosso modo, geralmente em nada contribuem ou favorecem o processo de crescimento econômico. Neste ínterim, no entanto:

A natureza da agricultura não admite tantas subdivisões de trabalho, nem tão acentuada divisão entre os diferentes ramos da produção como a que se verifica na indústria. Não é possível separar com tanta nitidez o trabalho do criador de gado do cultivador de cereais como o do ferreiro e do carpinteiro. A fiação raramente é executada pelo tecelão; mas é normalmente o mesmo homem que lavra a terra, que trabalha com a grade, que semeia ou que, mais tarde, faz a colheita. Como as ocasiões em que cada um desses tipos de trabalho deve ser realizado dependem das estações do ano, é impossível que um único homem esteja constantemente empregado num deles (SMITH, 1978, p. 8 apud PAIVA, 2014, p. 34).

Cabe-nos destacar que a economia do município é baseada, principalmente, na agricultura familiar e conforme o autor acima, nesse tipo de segmento é comum um único homem exercer diferentes atividades. O mesmo ocorre na área pesquisada e esta situação tende aumentar cada vez mais em função nas mudanças da estrutura familiar, seja através do êxodo dos jovens, transferindo para os pais já com mais idade todo o trabalho da unidade de produção, seja pela nova divisão de trabalho, na qual o pai acaba dividindo os afazeres com a mãe (esposa)

que passa a assumir um novo papel, diferente do que as mulheres do campo realizavam no passado³.

Observou-se durante o trabalho de campo, que algumas das características dessa estrutura familiar se manifestaram na mão de obra que é empregada pelas famílias. Embora as famílias estejam menores devido a fatores já mencionados nos capítulos anteriores, é justamente esta que permanece em destaque, pois os proprietários das unidades, conforme relataram, não dispõem de recursos financeiros para pagar mão de obra terceirizada, cabe a esposa ou filho, ou ainda outro familiar que permaneceu no campo ajudar nos afazeres, (Figura 5).

Figura 5 – Exemplo da mão de obra predominante, Pai e único filho que ficou na propriedade, levando o gado leiteiro para outro lado do pasto



Fonte: Elaborado pela autora (Julho/2016).

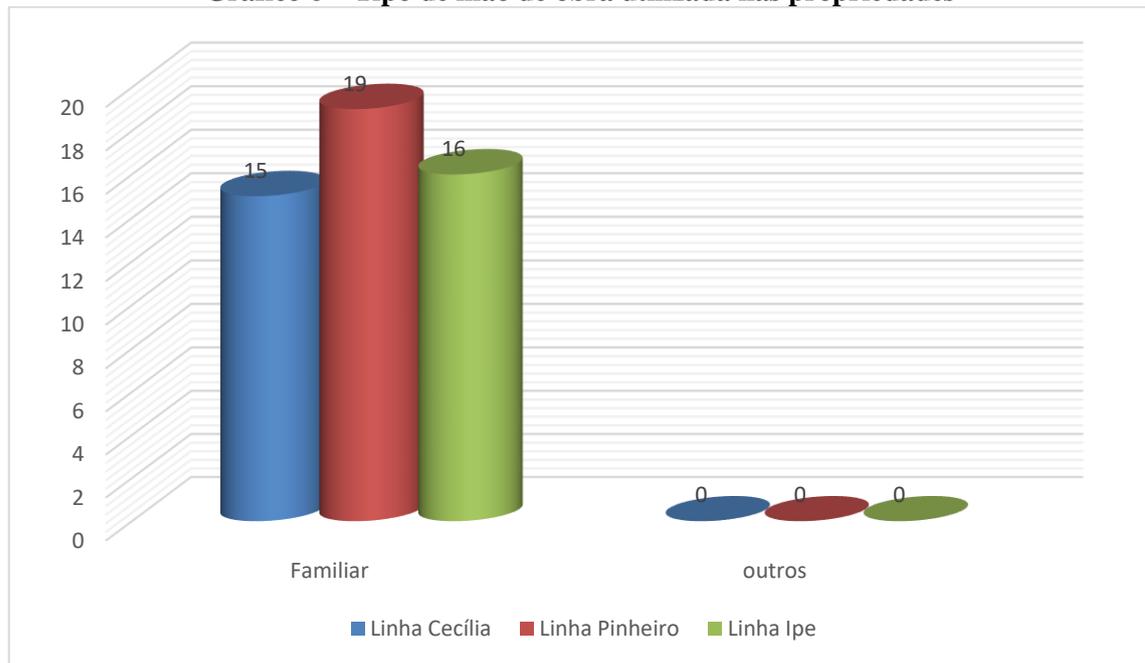
Além dos registros visuais também foram aplicados questionários, sendo que o gráfico 6, logo a seguir, foi gerado partir da pergunta, “*qual o tipo de mão de obra utilizada na propriedade*”. Este representa a amostra analisada⁴, e numericamente possibilita uma melhor visualização da mão de obra nas três Linhas pesquisadas.

Nesta perspectiva outra característica que mereceu destaque foi a condição de alguns agricultores, que trabalham em outras propriedades, como forma de aumentar sua renda familiar. Geralmente trabalham em unidades maiores, granjas, fazendas, cujos sistemas de produção apresentam características diferenciadas, como uso de tecnologias e parcerias com indústrias.

³ Ver: Brumer, A. **Gênero e Agricultura**: A situação da mulher na Agricultura, 2004.

⁴ Amostra já mencionada na Metodologia, Capítulo I, Introdução.

Gráfico 6 – Tipo de mão de obra utilizada nas propriedades

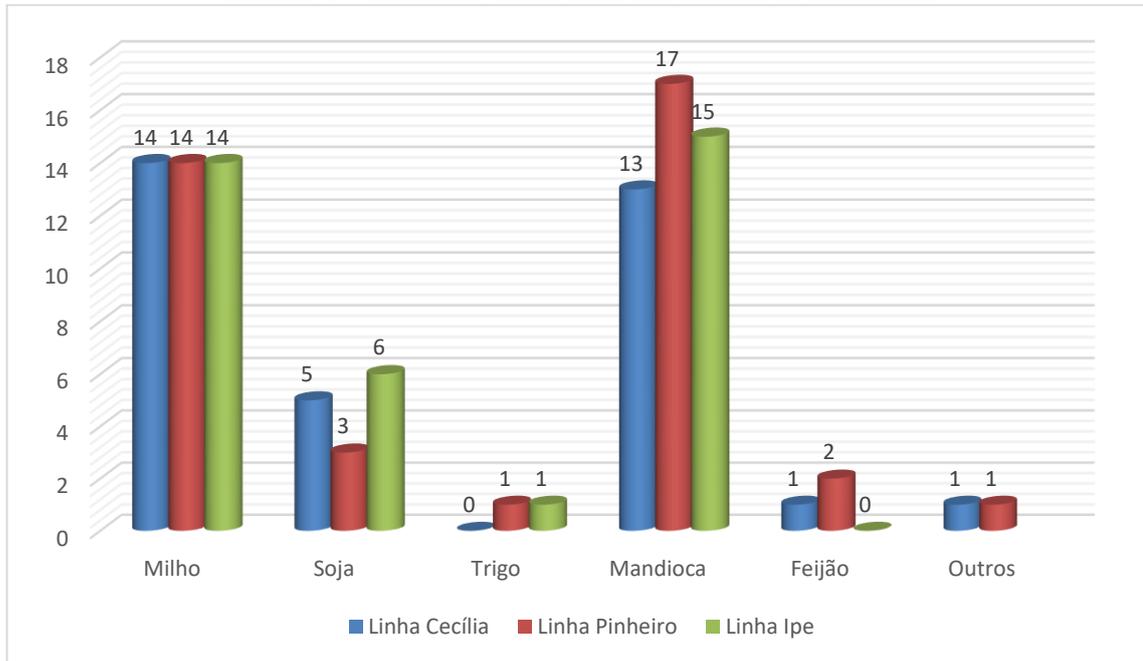


Diferentemente da mão de obra utilizada, os sistemas de produção são bem diversificados. Conforme dados disponibilizados no relatório do Escritório Municipal da EMATER (2015), destacam-se como principais: leite, suinocultura, soja, milho, hortifrutigranjeiros, fruticultura e a pecuária de corte.

Esse contexto de produção dá-se em grande parte pela dificuldade de comercialização e baixos preços pagos reorientando os agricultores a consolidar uma produção diversificada de subsistência que por certo tempo pode garantir relativa autonomia aos mercados.

Neste sentido, conforme Seyferth: o milho, a soja e a mandioca, eram os principais produtos da lavoura colonial e possuíam um papel crucial na alimentação humana e animal, sendo comercializado somente seus excedentes. Já a criação de porcos para a venda da banha representava o maior rendimento comercial da unidade de produção, a banha alcançava os melhores preços do mercado e era a forma mais rendosa de vender o milho [a soja e a mandioca] empregada na alimentação dos porcos (1974, p. 74).

Atualmente, o cenário de produção é diferente, o cultivo da soja nas propriedades vem diminuindo consideravelmente, conforme resultados coletados no campo, os agricultores estão substituindo aos poucos a cultura da soja por outras, que demandem menos custos que tenham um mercado consumidor imediato e lhes traga um retorno, consideravelmente rápido.

Gráfico 7 – Produtos Cultivados nas amostras analisadas

Observa-se no Gráfico- 7, que o milho mantém uma posição de destaque, assim como a mandioca, que seguem na perspectiva de alimentar os animais, sendo que a mandioca também é utilizada na alimentação da família, seguida da cadeia do suíno que na maioria das respostas obtidas são criados apenas para o consumo próprio, salvo alguns criadores pesquisados e visitados, conforme, figura 6.

Figura 6 – Criação de suínos em unidade parceira da Indústria Alibem

Fonte: Elaborado pela autora (Julho/2016).

Especificamente, esta propriedade, uma das visitadas mantém parceria com a *Alibem*⁵, que é uma empresa brasileira do ramo alimentício, fundada no Rio Grande do Sul, que atua no segmento de proteína animal, carne suína com a marca *Alibem* e carne bovina com a marca *Agra*. As unidades industriais da *Alibem* estão localizadas no Rio Grande do Sul (suínos) e no Mato Grosso (bovinos).

Como pode-se observar na imagem abaixo (figura 7), o controle da propriedade é realizado pela terceira geração da família, neste caso particular, a neta, exerce o que denominamos de pluriatividade, pois se desloca durante parte do dia para a área urbana de São Paulo das Missões, onde desempenha o papel de professora de educação infantil da rede municipal, e quando retorna para a propriedade cuida dos assuntos relacionados ao controle dos suínos, desde a cobertura, óbitos e tempo de repasse para o frigorífico. Também é de responsabilidade da jovem e de seu pai, o repasse das informações semanais via online, a empresa para a qual família presta serviços, uma vez que para o avô se torna difícil trabalhar com estas ferramentas mais modernas de serviço.

Figura 7 – A sucessão familiar, novo papel das mulheres no campo



Fonte: Elaborado pela autora (Julho/2016).

É neste sentido, que a pecuária leiteira ganhou proporções neste espaço, que anteriormente se caracterizava pelo cultivo da soja, trigo, milho e principalmente criação de suínos.

Ainda, de acordo com Trennepohl e Rauber (2014), a atividade econômica mais importante da região noroeste, é a produção de soja, assim como a pecuária leiteira. No entanto a soja em São Paulo das Missões vem perdendo espaço para a pecuária, pois o envelhecimento

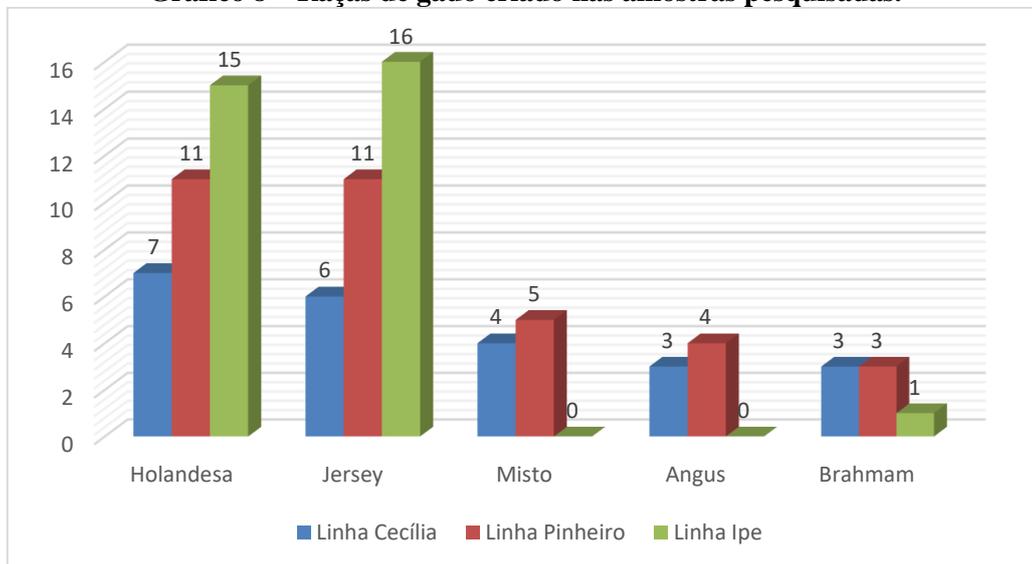
⁵ Informações adicionais, ver web site da empresa: www.alibem.com.br

da população torna a mão de obra na lavoura escassa, além dos gastos e da tecnologia empregada terem se tornado custosos demais para os pequenos agricultores.

Assim, é válido lembrar que desde o processo de ocupação do território a produção de leite já estava presente, bem como a suinocultura. Desta forma, Trennepohl e Rauber afirmam:

O leite é a principal fonte de renda para a manutenção da família e está pode ser melhorada através do aumento da produtividade, com práticas de melhoria das condições do solo, formação de pastagens permanentes, adoção do pastoreio rotativo, utilização da inseminação artificial e na melhoria da qualidade do leite. Neste sentido está sendo realizado um trabalho através da implantação de pastagens, silagem e melhoramento genético através da inseminação artificial (2014, p. 8).

Gráfico 8 – Raças de gado criado nas amostras pesquisadas.



Contudo, é possível identificar um processo social e econômico hegemônico na área em análise, condicionado pelas características edafoclimáticas, além da peculiar configuração de sua estrutura fundiária com forte presença de pequenas unidades de produção familiar cuja produção agropecuária é voltada para a lavoura de grãos e pecuária intensiva de leite e suinocultura.

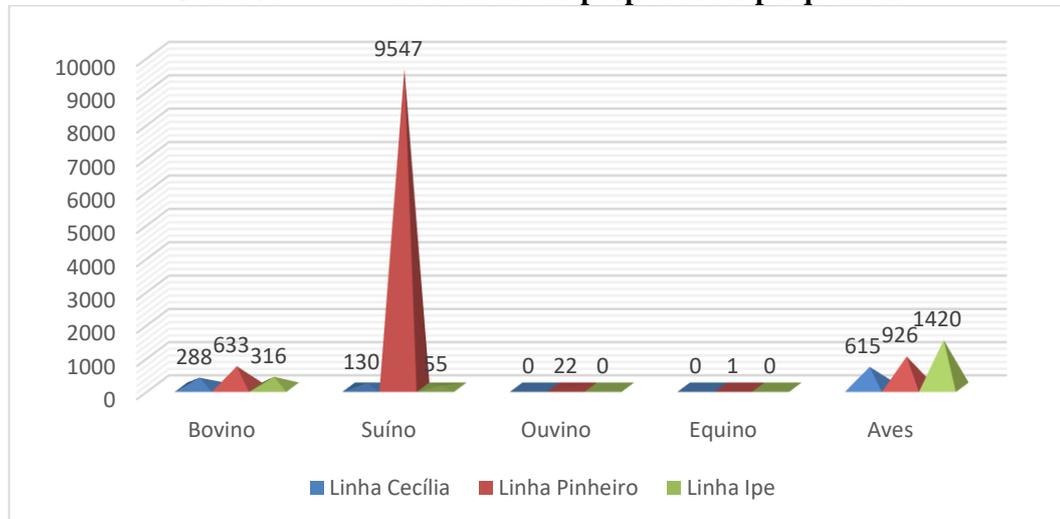
Figura 8 – Maquinário utilizado na ordenha e resfriamento do leite-São Paulo das Missões/RS.



Fonte: Elaborado pela autora (Julho/2016).

No que se refere a criação de suínos, justifica-se seu elevado número, reproduzido no gráfico a seguir (Gráfico 9), há concentração desses animais apenas na propriedade citada anteriormente, pois as demais propriedades analisadas afirmam que criam apenas para autoconsumo.

Gráfico 9 – Animais criados nas propriedades pesquisadas



Pode-se inferir, que as estruturas das produções estão voltadas para produção de matéria prima. Já o leite, suínos, fruticultura e hortigranjeiros dependem de estruturas de comercialização de fora do município (TRENNEPOHL; RAUBER,2014).

Ainda, na perspectiva de valorização dos produtos e desenvolvimento da agricultura familiar, os autores acima citados, percebem um aumento da demanda por produtos oriundos dessa agricultura, classificados pelos consumidores da cidade como “*produtos da colônia*”. Essa terminologia acaba por valorizar os produtos agrícolas produzidos nas unidades familiares, como os embutidos de carne suína, frango caipira, hortaliças entre outros.

É nesta lógica mercantil, da busca pelos alimentos da colônia somados aos demais fatores aqui analisados, como as tendências demográficas de envelhecimento da população, acrescidos da necessidade de alternativas da produção e frente ao avanço tecnológico, que suscitou a *exclusão* de uma parcela dos agricultores. Daí decorreram algumas necessidades de reorganizações nas unidades familiares.

Assim, lentamente verificou-se a conscientização voltada para a diversificação de cultivos que está sendo introduzido no meio rural, principalmente pela produção de hortifrutigranjeiros.

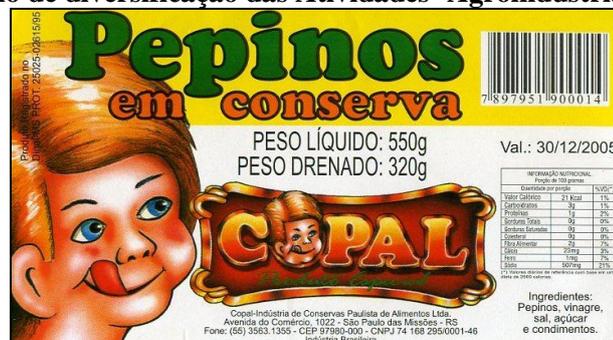
Figura 9 – A Diversificação da Agricultura (hortaliças) em São Paulo das Missões/RS



Fonte: Elaborado pela autora (Agosto/2015).

Verificou-se através dos relatos coletados no campo, que a produção do município é comercializada em estabelecimentos locais ou regionais, como no caso da agroindústria do pepino, cultivado por algumas famílias, até recentemente, pois a Indústria de Conservas Paulista de Alimentos (COPAL) encerrou suas atividades devido à falta de sucessores familiares, conforme foi relatado por alguns agricultores, os quais forneciam produtos para a Copal.

Figura 10 – Exemplo de diversificação das Atividades- Agroindústria Familiar/ COPAL.



Além destas, outras atividades econômicas poderiam ser apontadas como importantes para o desenvolvimento local, pois representariam alternativas de produção e renda para

diversos segmentos da população, como é o caso da fruticultura, mandioca, pecuária de corte, aquicultura, dentre outras, que tenham expressividade, Rauber e Trennephl (2014), no mínimo local, como as selecionadas abaixo, da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE).

Tabela 4 – Quantidade produzida nas lavouras temporárias e Pecuária-São Paulo das Missões/RS.

<i>Produção</i>	<i>Quantidade</i>		
	<i>Produzida -Toneladas</i>	<i>Pecuária Desenvolvida</i>	<i>Efetivo/Total</i>
<i>Abacaxi</i>	56	<i>Bovino</i>	23.820 cabeças
<i>Alho</i>	14	<i>Suíno</i>	33.000 cabeças
<i>Amendoim (em casca)</i>	43	<i>Galináceos</i>	48.100 total
<i>Batata-doce</i>	560	<i>Vacas ordenhadas</i>	8.050 cabeças
<i>Batata-inglesa</i>	1.242	<i>Leite de vaca-produção</i>	19.551 litros
<i>Cana de açúcar</i>	5.250	<i>Ovos de galinha</i>	198 mil dúzias
<i>Cebola</i>	234	<i>Mel de abelha</i>	5.600 Kg
<i>Fumo (folha/ton)</i>	475	<i>Aquicultura/carpa</i>	90.000 Kg
<i>Mandioca</i>	7.467	<i>Aquicultura/dourado</i>	500 Kg
<i>Melancia</i>	283	<i>Aquicultura/Pacu</i>	1.500 Kg
<i>Melão</i>	50	<i>Aquicultura/Tilápia</i>	5.000 Kg
<i>Milho</i>	16.850	<i>Aquicultura/traíra</i>	2000 Kg
<i>Soja</i>	8.400	<i>Aquicultura/ Outros</i>	1000 Kg
		<i>Peixes</i>	

Fonte: IBGE, Produção Agrícola e Produção de Pecuária Municipal, 2014.

A tabela acima demonstra os principais destaques da produção agrícola e pecuária no município e conforme foi salientado, estas atividades são as que possuem representatividade local, infere-se que a partir da identificação de uma cadeia propulsiva, além das já identificadas, há a possibilidade de se pensar estratégias de desenvolvimento, que sejam viáveis e envolvam todos os atores sociais desse recorte espacial.

Por fim, Paiva (2008) contribui com algumas orientações executáveis sob a perspectiva de: *Agregar valor e inovar*; utilizando-se dos seguintes recursos: *i)* novo manejo/tecnologia de produção (menores custos), *ii)* novos mercados, *iii)* novos fornecedores, *iv)* novos produtos (ou de nova qualidade), *v)* novas formas de organização da produção (ganho de escala, ação solidária, depressão da concorrência entre produtores).

No que se refere a cadeia propulsiva já existente, do leite, *Agregar valor e inovar no leite*: *i)* melhoria do manejo via especialização, *ii)* mercados institucionais (merenda escolar) e distribuição-processamento associado, *iii)* inclusão de novos produtores ao sistema, *iv)* produto de melhor qualidade com agregação de preço e crescente beneficiamento pelas cooperativas, *v)* superação da concorrência entre as pequenas cooperativas (2008, p. 106).

Certamente são muitos os desafios a serem rompidos por estes pequenos agricultores analisados, mas inegável é a sua ascensão enquanto protagonistas de uma nova forma de fazer, organizar e viver a agricultura familiar, à medida que elas promovem a valorização do patrimônio cultural, autonomia econômica, política e social (ASSIS; NASCIMENTO; SILVA, 2016, p.14).

Todavia, necessita-se ainda estreitar os laços entre os agricultores, prefeituras, entidades técnicas (de aprendizagem e treinamentos), para que se possa avançar nas buscas por recursos, parcerias e debates que privilegiem num primeiro momento, o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de São Paulo das Missões apresenta-se como parte integrante de um espaço geográfico que busca reorganizar-se dentro de uma lógica capitalista a qual abrange escalas regionais e globais e que têm modificado o modo de fazer e de ser das pessoas que ali habitam e principalmente, reorientam as atividades econômicas predominantes, neste caso, da agricultura familiar.

Evidenciou-se que a agricultura familiar de São Paulo das Missões possui uma capacidade de se adaptar as demandas capitalistas, mercantilistas que surgem no campo, mesmo diante das dificuldades enfrentadas conforme foi discutido e observado nos capítulos anteriores. Os atores locais buscam alternativas de desenvolvimento econômico, que atendam as particularidades das unidades de produção familiar, ou seja, mão de obra, maquinários utilizados, mercado consumidor, entre outros, a fim de não descaracterizar esse modo de produção.

Isto posto, algumas estratégias de diversificação da agricultura familiar têm êxito, já outras não, como foi destacado na pesquisa. A capacidade de resiliência do homem do campo é admirável, e a superação se dá através de novas ideias e parcerias, como no caso da *Aliben (criação dos suínos)* ou mesmo mantendo duas ou mais atividades produtivas diferentes num mesmo espaço, como no caso da piscicultura e da criação de gado de corte, que tem se expandido nos últimos anos. Algumas propriedades visitadas apresentam-se organizadas da seguinte forma; de um lado da propriedade açudes com criação de peixes e do outro o gado de corte ambos com destino comercial.

Assim, como resultado desta dinâmica espacial, e através da origem e consolidação desses territórios, a agricultura familiar tem se reproduzido. No entanto, sabe-se que o pequeno produtor familiar é indiretamente e/ou propositalmente prejudicado pelos latifúndios, uma vez que nosso país os privilegia. Não podemos afirmar que não ocorram políticas públicas para os agricultores familiares, como foi abordado ao longo deste trabalho, elas existem, mas não são fiscalizadas. Desta forma, não cumprem com o seu propósito e não beneficiam quem deveriam, os pequenos produtores rurais.

Paralelo a questão das Políticas Públicas, temos o êxodo rural desde a década de 70 presente no dia a dia dessas pequenas comunidades. Visto que as famílias convivem diariamente com a partida de seus jovens para cidades maiores, onde os mesmos buscam entre tantas oportunidades, de educação, de lazer, de melhor emprego, uma vida mais confortável, menos

sofrida ou trabalhosa que a de seus pais e avós, conforme muitos relataram no trabalho de campo.

Como resultado desse processo de emigração do campo, há em São Paulo das Missões, o envelhecimento da população que permanece no local e principalmente a carência de mão de obra, que irá influenciar diretamente nos custos da produção, devido aos gastos que as famílias agregam tendo que contratar mão de obra temporária, ou investir em maquinários que irão substituir essa falta do familiar que deixou a terra. Outra solução observada neste recorte, é o arrendamento de terras, pois diante do “encolhimento” da família e do envelhecimento dos que ficaram essa estratégia tem se mostrado a mais viável para a comunidade agrícola local.

Assim, foi possível constatar em São Paulo das Missões, que embora as dificuldades no processo de desenvolvimento e crescimento econômico, os agricultores acabam se fortalecendo, buscando novas estratégias para enfrentar as crises pelas quais o campo há tempos vem passando. Nesta caminhada, percebe-se que as famílias não estão desamparadas, pois muitas Instituições Educacionais, de assistência técnica, Cooperativas, entre outros, buscam alternativas que (re) orientam, (re) organizam, esses territórios, a fim de que a reprodução social desses sujeitos bem como o processo produtivo no qual estão envolvidos continuem se manifestando no cenário atual e desta forma, permaneçam fazendo parte da historicidade do homem do campo demonstrando sua força e capacidade de superação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, 2001.
- ASSIS, G. de O.; NASCIMENTO, R. da S.; SILVA, A.T.B. Agricultura Familiar e Agroecologia: O Desenvolvimento Territorial e a Espacialização Inteligente. Iº Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional: Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental no contexto Regional. **Anais: Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT**. 2016. 18p. Disponível em: <www2.faccat.br/portal/?q=seminariodr>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org). **Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BONANO, A. **Capital mobility and the reorganization of the time/space relation in the global era**. En: Proceedings of XXII Congress of the European Society for Rural Sociology. Wageningen: ESRS, 2004.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BUAINAIM, A. M. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.
- BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 04 abr. 2012B.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 11 abr. 2012C.

BRASIL. **Alimentação Escolar**. Ministério da Educação (MS). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. **Manual da Agricultura Familiar: Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar**. Ministério da Educação-Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (PNDE), Fundo Nacional para Alimentação Escolar (PNAE), 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o Atendimento da Alimentação Escolar e Dinheiro Direto na Escola aos Alunos da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, 16 jun. 2009.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conselho Federal de Nutricionistas (Brasil). **Diário Oficial da União**, 16 jun. 2009.

BRUM, Argemiro. Modernização da agricultura – trigo e soja. Fidene/unijuí. 1985.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. (0104-026X). **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 205-227 Jan./abril/2004. Scielo: Planejamento Urbano Regional/Demografia.

CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.53-66.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: **I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Coleção Pensamento Crítico v. 48, São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **A sociedade em rede**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra, 1999.V.1.

COLOGNESE, S. A.; KUMMER, R. Juventude Rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**. nº39. V.20. p.201-220.2013

DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Editores). Handbook of qualitative research. (2 Ed.). Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications. 2000.

DINIZ, Eli. (1995), "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil nos Anos 90". *Dados*, vol. 38, nº 3.

DOWBOR, L. **A reprodução social**: Propostas para uma Gestão Descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Ed. Cultirx, 1998.

DREHER, Martin N. 190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2014.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur magon (org). Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.11-31.

ESTEVAS, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W Ed. **Dicionário de Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder: Vozes, 2000, p.59-83.

FREY, K. Development, good governance and local democracy. **Brazilian Political Science Review**, v.2,n.2,2008. Disponível em: <<http://www.bpsr.org.br/english/revista/natural.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. Governança Urbana e Participação Pública. RAC-eletrônica-**Revista de Administração Pública**, v.1,1, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_629.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2008.

_____. Governança pública e sustentabilidade socioambiental no campo? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n 2: 261-287.2010.

_____. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Revista: Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21, junho, 2000.

FRÖHLICH, E.R.; FRÖHLICH, C. Metodologia de Pesquisa em Estudos Rurais: Investigando a partir do estudo de caso. In: CONTERATO, M.A.; RADOMSKY, G.F.W;

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GUANZIROLI, C.E.; BUAINAIN, M.A.; SABBATO, A. DI. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: 1996 e 2006. (0103-2003). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Scielo: A2: Planejamento Urbano Regional/Demografia.

HENDEL, V. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade: Las Políticas de Desarrollo Rural en América Latina. Un Análisis a la Luz de la Experiencia Boliviana Reciente. **Revista IDeAS**, v. 5, n. 1, p. 10- 29, 2011.

HINRICHS, C.C. The Practice and Politics of Food System Localization. **Journal of Rural Studies**, 19, 33-45. 2003.

INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário - INCRA/MDA. **Relatório do Novo Retrato da Agricultura Familiar**. O Brasil Redescoberto. Brasília: 2000. 135 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Censo Demográfico 2000/2006/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/2012,2013, 2014); Pesquisa Pecuária Municipal (PPM/ 2012, 2013, 2014).

KAISER, B. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990. 316 p.

KAGEYAMA, A. (1998), “**Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos**”. *Economia Aplicada*, 2 (3): 515-551, jul./set. São Paulo.

KAGEYAMA, A. **Os Rurais e os agricultores de São Paulo no censo de 2000**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília,DF.v.20,n.3p.413 a 451.(2004)

KUMMER, R. Juventude rural entre ficar e partir. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste. Toledo, junho de 2013. Orientador: Silvio Antônio Colognese. Pp.310.

LAMARCHE, H; (coord.). **Agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. V. II: do mito à realidade. Campinas; Editora da Unicamp, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LINDNER,M. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades** Geografia Ensino & Pesquisa, v. 16, n.3 p. 19-36, set./dez. 2012

LONG, N. **Development Sociology: Actor Perspectives**. London: Routledge,2001.

LOURENZANI, W. L.; SILVA, C. A. B. **Os desafios da agroindústria de pequeno porte.** Disponível em <http://www.agrosoft.com/ago99/index.htm>. Acesso em: 25 de nov. 2014.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista: Educação e Sociedade.** Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MARIN, M.Z. **políticas de desenvolvimento rural e estratégias de reprodução na agricultura familiar da quarta colônia - RS.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2010. 302 p.

MARQUES, M.I.M. Atualidade do uso do conceito de camponês. (1806-6755). **Revista Nera**, Google Acadêmico, B2: Planejamento Urbano Regional/Demografia.

MENASCHE, R; SCHMITZ., C.L; **agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha.** Porto Alegre, RS: UFRGS-Série Estudos e Pesquisas Econômicas (iepe).2007. p.78-99.

MYRDAL, Gunnar. Aspectos políticos da teoria econômica. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972

MOREIRA, Roberto José (org.); CARNEIRO, Maria José et al. **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura:** Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Rio de Janeiro, n. 18, p. 47 - 72, abril 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18.htm>>.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2011.

_____. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **O Método.** 2011. A natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, nº 43, 2001.

NEDEL, A. M. **São Paulo das Missões: teu passado é nossa história**. Cerro Largo: Lenz, 2000

NGUIRAZE, A.C.; AIRES, J. D. M. Moçambique: Processos de Participação das Comunidades Rurais no Desenvolvimento Local. **REVISTA IDEAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 30- 65, 2011.

NIERDELE, P.A; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar **Cuadernos Des. Rural**, Bogotá (Colombia), 5 (61): 41-69, jul/Dici. 2008.

NYCHA, L; SOARES, C DE. A. **Relação do processo agroindustrializante e a pequena propriedade rural: prospecções para o desenvolvimento local/regional**. Universidade Estadual do Centro-Oeste-Unicentro, 2004.

PAIVA, C. Á. N. **Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

_____. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? **Documentos FEE**, Porto Alegre, n. 59, maio/2004.

_____. **Princípios de uma política industrial para o Rio Grande do Sul, voltada ao crescimento com distribuição de renda**. Porto Alegre: Secretaria Geral de Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999. (mimeo). Disponível em: <www.territoriopaiva.com/ctms>. Acesso em: 26 jun. 2014.

PEIXINHO. A. M. L. A trajetória do programa nacional de alimentação escolar no período de 2003-2010: Relato do Gestor Nacional. **Revista: Ciência & Saúde Coletiva**, nº18 (4): 909-916, 2013.

PEREIRA, M. E. P. de G.; LOURENZANI, A. E. B. S; desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã/SP. **Revista: Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36 n. 2 mai/ago. p. 230–240.2014.

PORTUGAL, A.D. o desafio da agricultura familiar **Revista Agroanalysis**, Março,2002.
Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>.

QUEIROZ, P.V.S de. Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário geografia. **Ensino & Pesquisa**, v. 15, n.2,maio./ago. 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática,1993.

RAUBER,R.C. TRENNEPOHL,D. Os desafios do Desenvolvimento em Municípios Colonizados no início do século XX o caso de São Paulo das Missões no Rio Grande do Sul. In: Encontro de Economia Gaúcha, 7., 2014, Porto Alegre. [**Anais eletrônicos...**] Porto Alegre: FEE: PUCRS, 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa1-umaanaliseresultadospesquisainovacao.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

RIVAS, A. I; HERNANDÈZ, C.M. Estructura agraria y pobreza: consideraciones y aspectos de la ruralidad en la Provincia de Tucuman (Argentina) **Revista de Geografia** (ufpe) v. 29, no. 1, 2012.

RESENDE, M.P.; ZAMBERLAN, C.O. Aprendizagem e gestão de rotinas na cadeia leiteira: estudo com produtores de leite de Laguna Carapã-MS. **Revista Agricultura e Sociedade** (1413-0580)-Capes: Planejamento Urbano Regional/Demografia.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. RUAS, Emery. Porto Alegre: Globo, 1969.

RUA, M.G. Análise das Políticas Públicas:Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. (Org): **O estudo da política**. Brasília, Paralelo 15, 1998.

_____. **Análise de políticas: programas e projetos**. Notas Introdutórias, 2003.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. Coleção Milton Santos. São Paulo, SP: Editora da USP, 2007.v. 8.

_____. **economia espacial: críticas e alternativas**. Coleção Milton Santos. São Paulo, SP: Editora da USP.. 2007b.v. 3.

_____. **Por uma outra Globalização do pensamento único a consciência Universal**. 6ª Edição, Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SARRACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualization. *Journal of Rural Studies*, London v.10, n.4, p.321-330, 1994.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974. 159 p.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 18, 1992.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHNEIDER, S. (Orgs). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014. P.57-75.v.1.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 18 Nº. 51 Fevereiro/2003.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista Ruris**. V.4 ,n. 1.Março, 2010.

SILVA, O.H. Agricultura Familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política** n 12: 161-167 jun. 1999.

SILVA, J.G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.

_____. da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte. Vol. 7, nº 1, 1997.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64. (Coleção Expressão).

SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. *Ciudades.Puebla* (México), Red Nacional de Investigación Urbana, n. 59, p. 37- 43, jul.-sept. 2003.

SOUZA, P. R.; BUAINAIN. M.A. A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão. **Revista Agricultura e Sociedade** (1413-4128)- Capes: Planejamento Urbano Regional/Demografia.

TAYLOR, D.; PROCTER, M. **The literature review: a few tips on conducting it**. Disponível em: <<http://www.utoronto.ca/writing/litrev.html>>. Acesso em: 04 dez. 2009.

TEIXEIRA, C.E. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA, 2002.

TERHORST, L.; SCHMITZ, J.A.K. **Agricultura familiar a mesa: do porco ao suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari**, Editora: UFRGS-Série Estudos e Pesquisas Econômicas (iepe). 2007. p. 100-119.

TRENNEPOHL, D. **O processo de desenvolvimento recente da agropecuária gaúcha**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 168p. Dissertação de Mestrado.

TRENNEPOHL, D. **Avaliação da contribuição potencial das principais atividades agropecuárias para o desenvolvimento econômico da Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2010. 216p.

TRENNEPOHL, D.; ALVES, L. R. & FLORES, A. J. **Análise das características regionais e setoriais da evolução do valor bruto da produção agropecuária municipal no Rio Grande do Sul entre 1970 e 1996**. In: PAIVA, C. A. N. (Coord.). *RS em Mapas e Dados*. Porto Alegre: FEE, 2007.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo a produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.

VASQUEZ, B.A. Crecimiento endógeno o desarrollo endógeno? Cuadernos del CLAEH Montevideo, n.78/79, p.111-118, Abril.1997.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FEE, 2002.

VIEIRA, L.F. *Agricultura e agroindústria familiar*. Revista de Política Agrícola. Brasília, Ministério da Agricultura, n. 1, v. 7, 1998, p. 11-23.

WANDERLEY, M. de N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro: 42-61.2003.

_____. **La reproducción social de los agricultores familiares**: les stratégies concernant l'avenir des enfants. XVI World Congress Of Rural Sociology. Trondheim, Norway, July 25-30.2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Em publicação: *una nueva ruralidad en América Latina?* Norma Giarracca. Clacso, Consejo latinoamericano de Ciencias sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: editora da UPF, 1999.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

I-DADOS REFERENTES À PROPRIEDADE, AO DECLARANTE E A MÃO-DE-OBRA-PESQUISA ANÔNIMA.

1. -Nome da propriedade (e/ou proprietário):.....

.....

2. - Qual à distância da propriedade em relação à sede do município, em Km?.....

3. -Qual é a área total da propriedade?.....

4. - Por quem é dirigida à propriedade?

4.1 Pelo proprietário ()

4.2- Por administrador ()

5. - Quem explora a propriedade?

Proprietário ()

Arrendatário ()

Parceiro ()

Outros (...)

6. - Onde mora?

6.1 Na propriedade ()

6.2 Em outra propriedade (...) Onde?.....

6.3 Na cidade () Qual?.....

7. - Possui ou cultiva outra propriedade além desta?.....

7.1 Onde?.....

7.2 Qual a área total?.....

7.3 Por quem é explorada?.....

7.3.1 Proprietário ()

7.3.2 Arrendatário ()

7.3.3 Não é explorada ()

8- Exerce outra atividade além da agropecuária?.....

.....

8.1 Qual?.....

8.2 Onde exerce? (município e estado).....

9- É sócio de:

9.1 Cooperativa (s) () qual (is)?.....

9.2 Sindicato (s) () qual (is)?.....

9.3 Outros ()

10. Que tipo de mão-de-obra é utilizado?

10.1 Familiar (); quantos?.....para que serviços?.....

11.- A mão-de-obra familiar costuma trabalhar para terceiros?

11.1 em que época?.....

11.2 quantas pessoas?.....

11.3 para que serviço?.....

12.- Se utiliza mão-de-obra assalariada:

12.1 Como é feito o pagamento?

12.1.1 por dia () quanto?.....

12.1.2 por mês () quanto?.....

12.1.3 por tarefa () que tipo?.....quanto?.....

13.- O contrato com o assalariado é feito:

13.1 por escrito () é registrado?.....

13.2 verbalmente ()

14.- De onde provém a mão-de-obra assalariada?

14.1 dos vizinhos ()

14.2 da cidade ()

14.3 de outros locais () quais?.....

15.- Quando a mão-de-obra assalariada mora na propriedade, pode cultivar produto por conta própria?.....

II DADOS REFERENTES Á ESTRUTURA AGRÁRIA E A PRODUÇÃO.

16.- Quanto de área está sendo utilizado para:

16.1 lavoura permanente ()

16.2 lavouras temporárias ()

16.3 pastagens naturais ()

16.4 pastagens plantadas ()

16.5 matas nativas ()

16.6 matas plantadas ()

16.7 terras em descanso ()

16.8 terras inapropriadas ()

16.9 horticultura ()

16.10 pomares ()

17.- Produção, produtividade, venda e consumo dos produtos agrícolas:

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA	PRODUÇÃO	QTO VENDE	QTO CONSOME
SOJA				
MILHO				
TRIGO				
MANDIOCA				
FEIJÃO				
OUTROS				

18.-Onde se vendem os produtos?.....

19.- Criação:

CRIAÇÃO	Nº DE CABEÇAS	Nº DE CABEÇAS VENDIDAS	Nº DE CABEÇAS CONSUMIDAS
BOVINOS			
SUÍNOS			
OVINOS			
EQUINOS			
AVES			

20.- As vacas para produção de leite e reprodução são:

20.1 de criação própria ()

20.2 compradas de vizinhos ()

20.3 compradas em granjas () qual?.....

20.4 compradas de exposição () qual?.....

20.5 qual é a raça?.....

20.6 quantas possuem?.....

21.- Qual o destino da produção?.....

.....

22.- Quanto produz? (em litros).....

23.- O que fazem com a produção:

23.1 () vende..... para quem?.....

23.2 () consomem.....

24.- Produzem queijo?.....() vende?.....() consome.....

.....

III. DADOS REFERENTES Á ASSITÊNCIA TÉCNICA E FINANCIAMENTO

25.- O Sr. Fez financiamento?.....desde quando?.....

26.- Se faz:

26.1. para que fins (especificar).....

26.2. a cada quanto tempo?.....

26.3. em que bancos?.....

26.4. qual o valor médio financiado?.....

27.- Como procede na hora de obter o financiamento?.....

.....

28.- Usa outro sistema de financiamento?.....

29.- Por que passou a praticar a pecuária leiteira, aliada á agricultura?.....

.....

V. DADOS DEMOGRÁFICOS

30.- Qual o número de pessoas que moram na propriedade?.....

30.1 -Parentesco: () esposa (..) pais () avós () filhos () netos () outros

31.- Possui planos de reformas/modificações no seu modo de exploração?

31.1 Venda das terras ()

31.2 Compra de terras ()

31.3 Compra de máquinas () quais?.....

31.4 Introduzir novas culturas ()

31.5 Desenvolver uma cultura específica ()

31.6 Desenvolver outra atividade () qual?.....

31.7 Outros projetos ()

32.- O Sr. vê a possibilidade de seus filhos continuarem na agricultura?.....

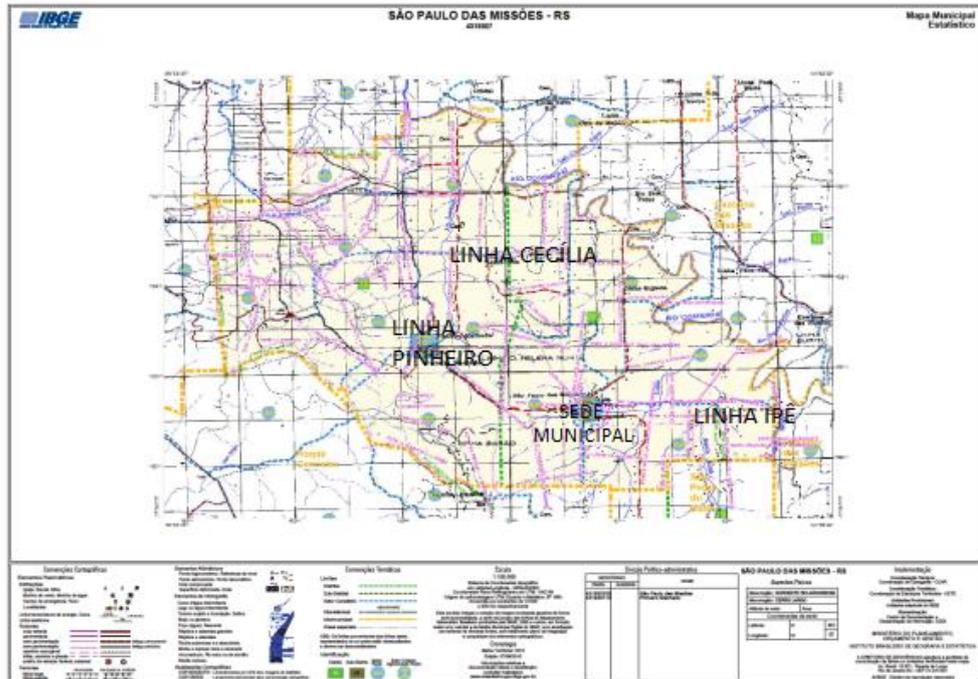
33- A família possui acesso a internet? () Sim () Não

34- Seus filhos migraram, para onde o fizeram, qual cidade, estado?

35- Se migraram, qual foi a finalidade, estudos ou trabalho?

APÊNDICE B

LOCALIZAÇÃO DAS LINHAS ANALISADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES-AMOSTRA DA PESQUISA.



APÊNDICE C

Gráfico A - Distância das propriedades á sede do município de São Paulo das Missões-RS.

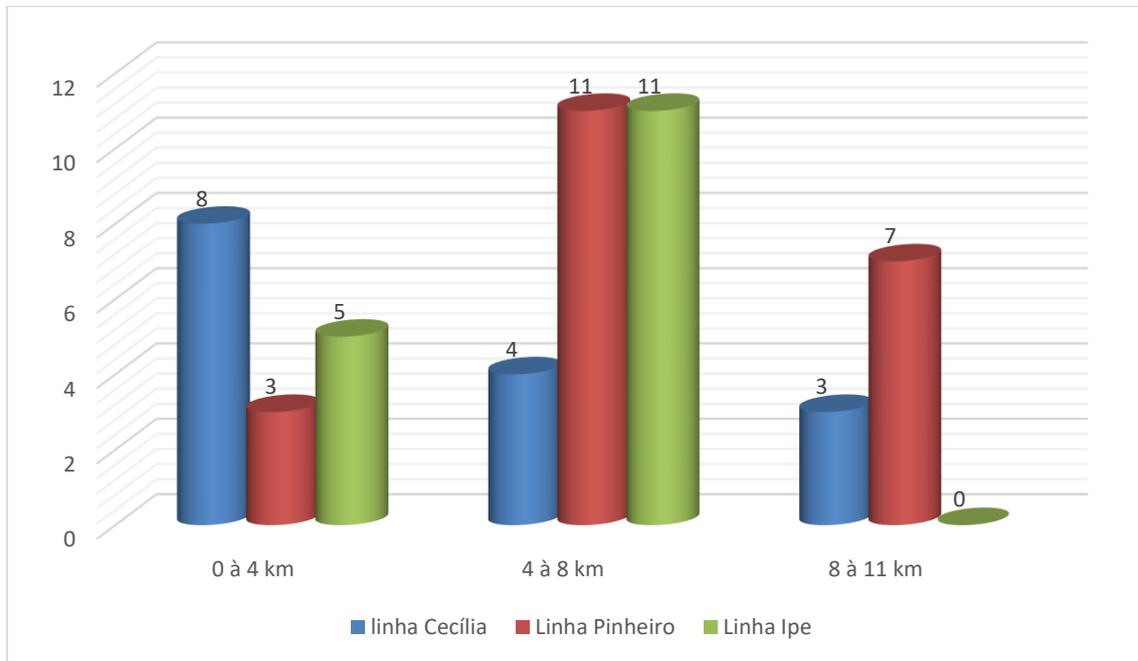


Gráfico B - Quem administra a propriedade.

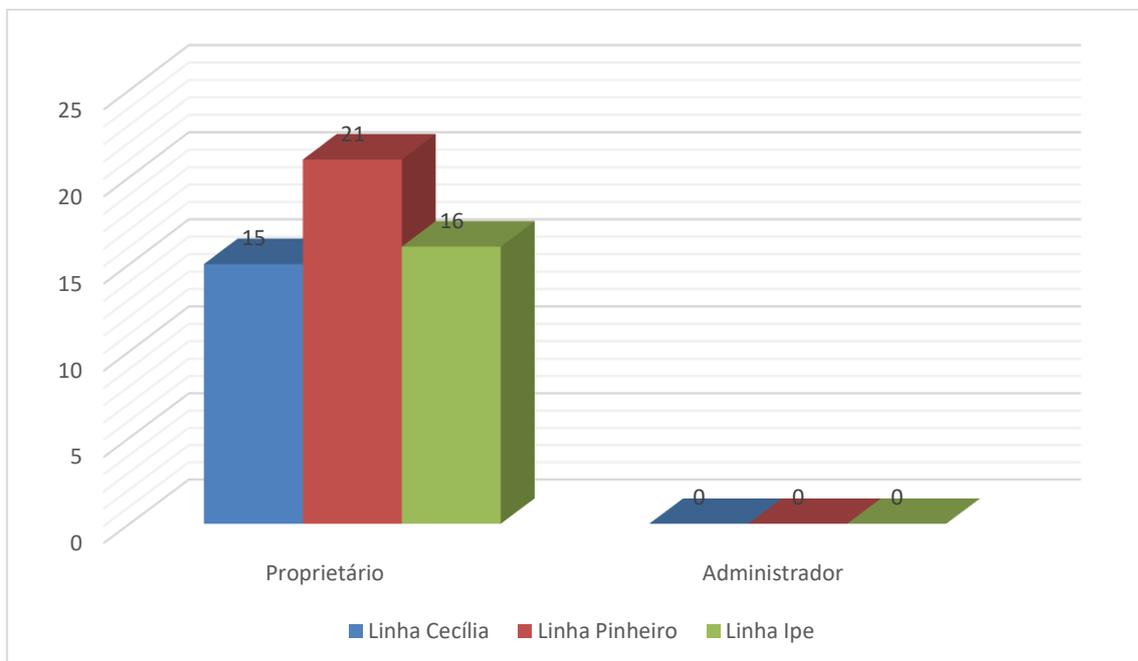


Gráfico C - Quem explora a propriedade.

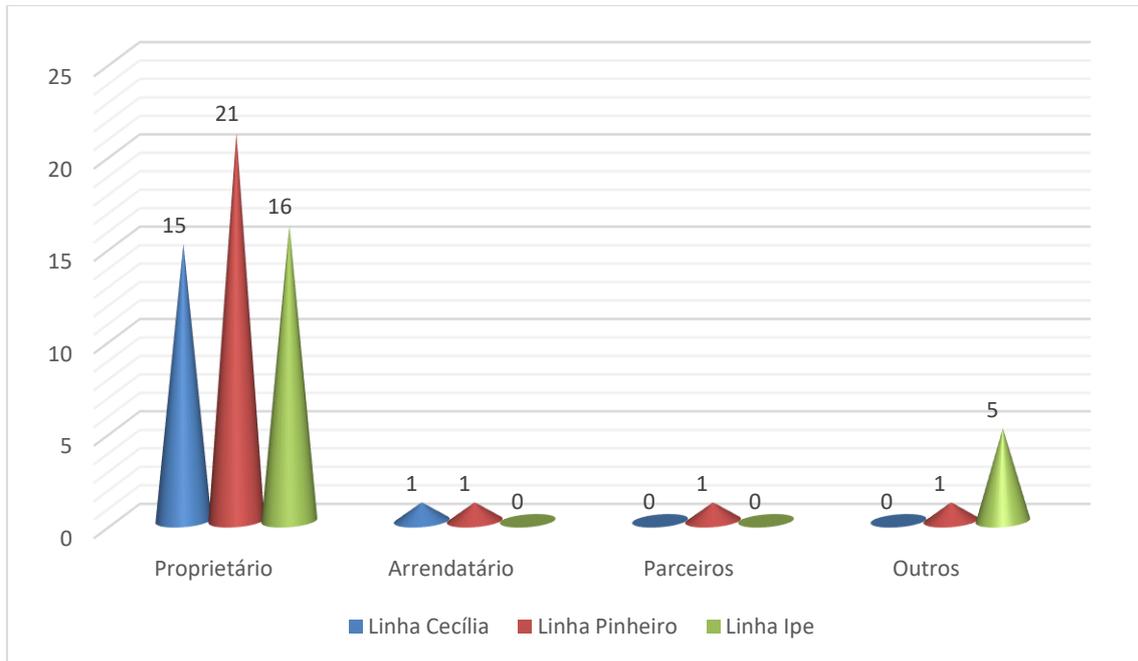


Gráfico D - É sócio de alguma entidade, cooperativa, sindicato, entre outros.

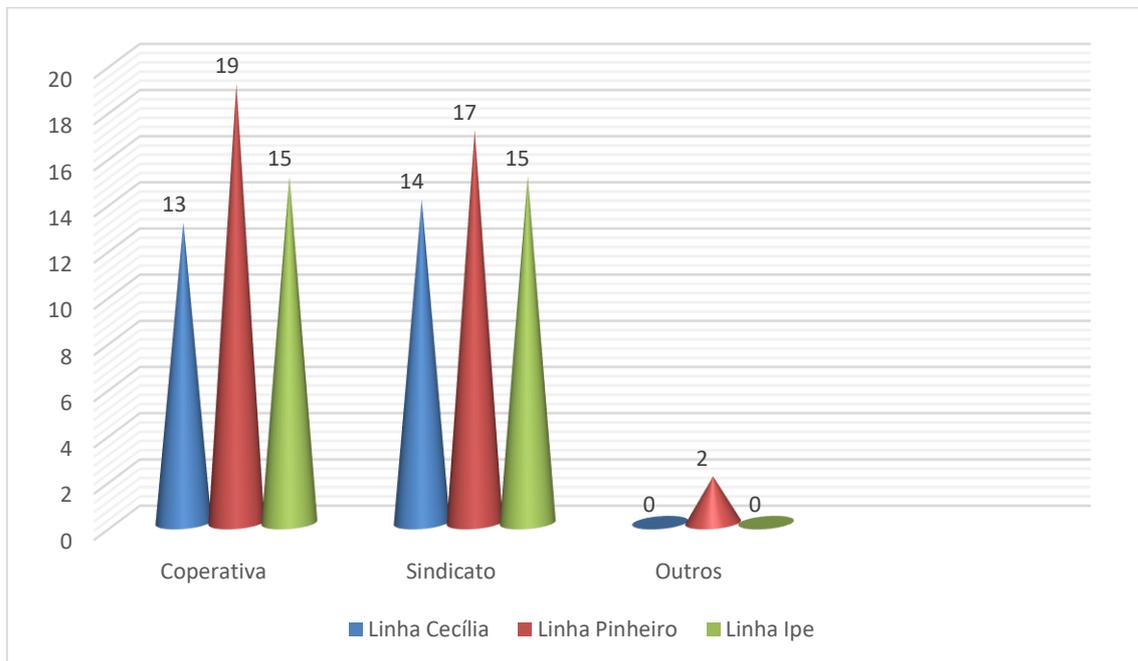


Gráfico E - Quanto da área é utilizada para:

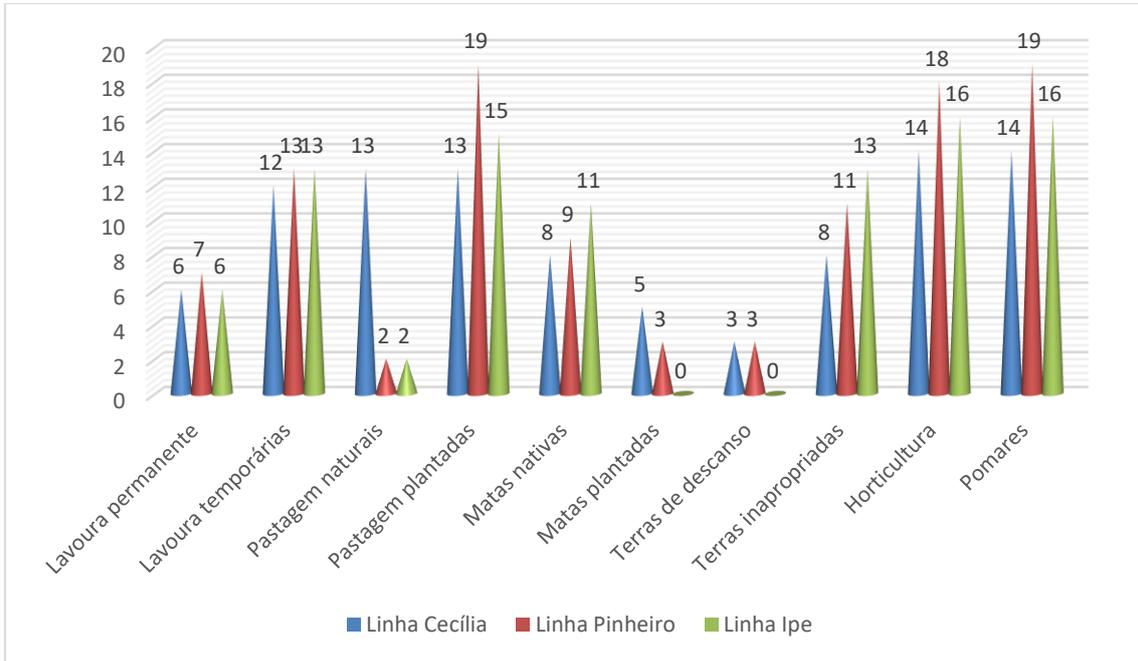


Gráfico F - Quantos produtores plantam o produto.

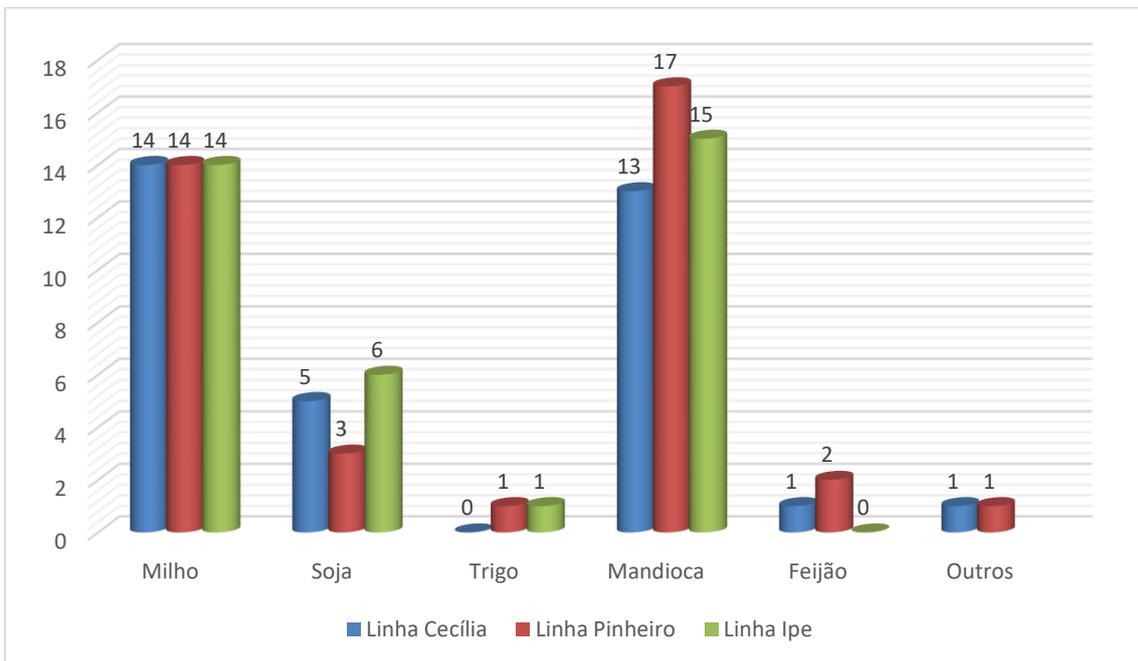


Gráfico G - Número de agricultores que fizeram financiamentos.

